



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

FACULDADE DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE MESTRADO EM PSICOLOGIA

**SENTIDOS ATRIBUÍDOS AO ATO INFRACIONAL POR
JOVEM EGRESSO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: UM
ESTUDO DE CASO**

TAYSA RORIZ HIPÓLITO VIEIRA

MANAUS

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE MESTRADO EM PSICOLOGIA

TAYSA RORIZ HIPÓLITO VIEIRA

**SENTIDOS ATRIBUÍDOS AO ATO INFRACIONAL POR
JOVEM EGRESSO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: UM
ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na linha Processos Psicossociais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Cláudia Regina B. Sampaio F. da Costa

MANAUS

2013

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

V658s Vieira, Taysa Roriz Hipólito
Sentidos atribuídos ao ato Infracional por jovem egresso do sistema socioeducativo: um estudo de caso / Taysa Roriz Hipólito Vieira. 2013
62 f.: 31 cm.

Orientadora: Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa
Dissertação (Mestrado em Psicologia: Processos Psicossociais) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Ato infracional. 2. Medida Socioeducativa. 3. Sentidos. 4. Redsig. I. Costa, Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da II. Universidade Federal do Amazonas III. Título



Universidade Federal do Amazonas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ATA DO JULGAMENTO DA 38ª DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, APRESENTADA PELA MESTRANDA TAYSA RORIZ HIPÓLITO VIEIRA, NA LINHA DE PESQUISA PROCESSOS PSICOSSOCIAIS.

No dia onze do mês de novembro de dois mil e treze, às dezesseis horas, na Sala de Reunião – na FAPSI, sito a Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000 – Campus Universitário – Setor sul da UFAM- Bairro do Coroado, nesta cidade de Manaus/Amazonas, reuniu-se a Banca Examinadora, indicada pela Coordenação de Pós-Graduação em Psicologia, para julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado nº 38, apresentada pela mestranda TAYSA RORIZ HIPÓLITO VIEIRA, na Linha de Pesquisa 1 - Processos Psicossociais, intitulada "SENTIDOS ATRIBUÍDOS AO ATO INFRACIONAL POR JOVEM EGRESSO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: UM ESTUDO DE CASO". A candidata teve como orientadora a Profª. Dra. CLÁUDIA REGINA BRANDÃO SAMPAIO FERNANDES DA COSTA. A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes integrantes: Presidente da Banca Profª. Dra. CLÁUDIA REGINA BRANDÃO SAMPAIO FERNANDES DA COSTA, Membro Titular 1 (interno) – Profª. Dra. LÍDIA ROCHEDO FERRAZ e Membro Titular 2 (externo) – Prof. Dr. JOAQUIM HUDSON DE SOUZA RIBEIRO (Faculdade Salesiana Dom Bosco). O julgamento do trabalho foi realizado em sessão pública, compreendendo a exposição da dissertação pela candidata, seguida de arguição dos examinadores. Ao término dos trabalhos, os membros da banca examinadora, em sessão secreta, emitiram o parecer a seguir:

Aprovada, devendo proceder os serviços na forma para entrega da dissertação final.

Manaus-AM, 11 de novembro de 2013.

Profª. Drª. Cláudia Regina B. S. F. Da Costa
Presidente (UFAM)

Profª. Drª. Lídia Rochedo Ferraz
Membro Titular 1 – Interno (UFAM)

Prof. Dr. Joaquim Hudson De Souza Ribeiro
Membro Titular 2 – Externo (UEA)

Taysa Roriz Hipólito Vieira
Mestranda



A todos os adolescentes que em algum momento de sua trajetória de vida cometeram atos infracionais. Em especial, aos que compartilharam comigo um pouco de si ao longo destes anos.

AGRADECIMENTOS

A Deus por minha existência e pela oportunidade do mestrado e, principalmente, pela pesquisa e trabalho com algo que tanto me identifico.

A Universidade Federal do Amazonas, especificamente, ao Mestrado em Psicologia pela confiança.

Aos professores, colegas e amigos da universidade que compartilharam de suas experiências e contribuíram para minha formação.

A Prof. Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa, por ser a minha referência de profissional e pessoa. Quem sempre me apoiou, sobretudo, nos momentos que mais precisei e quando menos achei que merecesse. Por me surpreender diariamente com suas atitudes que tanto me ensinam.

Ao Prof. Dr. Joaquim Hudson de Souza Ribeiro e a Prof. Dra. Lídia Rochedo Ferraz, pela dedicação, carinho e solicitude ao meu trabalho, pelas relevantes contribuições dadas, minha profunda gratidão.

Ao Prof. Dr. Ewerton Helder Bentes de Castro e ao Prof. Dr. Gustavo Paiva de Carvalho, por participarem da banca de qualificação.

Aos colegas e amigos de trabalho da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMASDH. Em especial, aos do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Compensa I, pela força e incentivo.

Aos meus familiares, minha mãe, pai, irmã e prima pela compreensão, amor e alento.

Aos meus amigos que sempre acreditam e apoiam meu potencial.

LISTA DE TABELA

TABELA 1 – Síntese dos sentidos apresentados na história narrativa do Jovem-que-estuda	47
--	----

LISTA DE SIGLAS

CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNS	Conselho Nacional de Saúde
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
JQE	Jovem-que-estuda
LA	Liberdade Assistida
LABINS	Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
RedSig	Rede de Significações
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

<u>CAPÍTULO 1</u>	<u>12</u>
<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>12</u>
<u>CAPÍTULO 2</u>	<u>16</u>
<u>Referencial teórico</u>	<u>16</u>
<u>2.1 – Adolescência, Ato Infracional e Medidas Socioeducativas: um olhar a partir da perspectiva Sócio-Histórica</u>	<u>16</u>
<u>2.2 – Sentido e Significados</u>	<u>22</u>
<u>2.3 Rede de Significações</u>	<u>24</u>
<u>CAPÍTULO 3</u>	<u>27</u>
<u>PERCURSO METODOLÓGICO</u>	<u>27</u>
<u>3.1 Tipo de Pesquisa</u>	<u>27</u>
<u>3.2 Contexto da pesquisa</u>	<u>28</u>
<u>3.3 Participantes</u>	<u>29</u>
<u>3.4 Instrumentos</u>	<u>30</u>
<u>3.5 Tratamento dos Dados</u>	<u>31</u>
<u>3.6 Aspectos éticos</u>	<u>32</u>
<u>CAPÍTULO 4</u>	<u>33</u>
<u>APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO</u>	<u>33</u>
<u>CAPÍTULO 5</u>	<u>51</u>
<u>CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>51</u>
<u>REFERÊNCIAS</u>	<u>54</u>
<u>ANEXO</u>	<u>57</u>
<u>ANEXO I - ROTEIRO DE ENTREVISTA</u>	<u>58</u>
<u>ANEXO II- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</u>	<u>59</u>
<u>ANEXO III - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA</u>	<u>60</u>
<u>ANEXO IV - CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ENTREVISTA</u>	<u>61</u>
<u>1 – JOVEM-QUE-ESTUDA</u>	<u>61</u>

RESUMO

A temática que abarca o adolescente e o ato infracional desperta elevado interesse científico e social, tanto para a compreensão dos motivos que os predispõem ao conflito com a Lei, como para o fortalecimento dos discursos que visam à responsabilização e culpabilização destes pelos altos índices de violência. Considerando a necessidade de aprofundar conhecimento sobre o envolvimento do adolescente com a prática infracional, sua continuidade e descontinuidade, o presente trabalho pretendeu compreender a partir da história de vida de um jovem egresso de medida socioeducativa como os sentidos atribuídos ao ato infracional foram construídos. A base teórico-epistemológica que norteou o presente trabalho compreende a adolescência em uma perspectiva sócio-histórica e a produção de sentidos subjetivos. A abordagem metodológica utilizada foi de cunho qualitativo. Foi realizado um estudo de caso a partir de um roteiro de entrevista semi-estruturada utilizando-se como método de análise a perspectiva narrativa da Rede de Significações-RedSig. Como resultados os sentidos atribuídos foram: Saber o gosto/Curiosidade; Dinheiro Fácil; Trabalho; Que não devia ser conhecido; Identidade de bandido; “Adrenalina”; Perda da infância; Só destruição; Proporcionar o uso de drogas, Sobrevivência; Risco; Se colocar no lugar do outro; Rejeição; Essa vida não é para mim; Morte; Exemplo. Os sentidos de ato infracional variaram de acordo com as vivências e contextos interacionais. A infração surge como um caminho possível em determinado momento de sua trajetória, não sendo necessariamente o único curso disponível, o que foi demonstrado ao longo e diante do contexto que se apresentava, assim como, também surge, como prática a ser evitada, na afirmação de outras identidades.

Palavras-chave: ato infracional, medida socioeducativa, sentidos, RedSig

ABSTRACT

The theme that comprehend the teenager and the felony or offense triggers high scientific and social interest, both for understanding the reasons which lead them in conflict with the law, and for the strengthening of speeches that aim the accountability and culpability of them for these high rates of violence. Considering the need to deepen knowledge about the involvement of adolescents with law infraction and felonies, its continuity and discontinuity, this study sought to understand from the life stories of young men proceeding from socio-educational measures, such as how meanings attributed to the offense were built. The theoretical-epistemological base guiding this work comprehend adolescence in a socio-historical perspective and the production of subjective meanings in the complexity intake. The methodological approach that was used is of qualitative nature. A study case was proceeded from a semi-structured script using the analysis method of narrative perspective of Rede de Significação - RedSig. As result, the meanings attributed were: Knowing the feeling/ Curiosity , Easy Money, Work, Which shouldn't be known; Gangster's Identity; "Adrenaline", The loss of childhood; It's only destruction; Providing drug use, Survival; Risk; To put yourself in other people's shoes; Rejection; This life is not for me; Death; Example. The meanings of offense vary according to the experiences and interactional contexts. The offense arises as a possible way at one point in their lives, not necessarily being the only available path, which has been demonstrated over and along the context that presented itself, and also appears as practice to be avoided, in the statement of other identities.

Keywords: offense, socio-educational measures, meanings, RedSig

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

A participação de adolescentes em atos infracionais tem despertado interesse tanto para a compreensão dos motivos que os predispõem ao conflito com a Lei, como para o fortalecimento dos discursos que visam a responsabilização e culpabilização destes pelo aumento da violência. Muitos avanços ocorreram em termos da legislação brasileira, considerando o período do Código Penal Republicano de 1890, o qual não apresentava muitas contribuições no que se refere a responsabilidade penal, passando pelos Códigos de Menores de 1927 e 1979, que utilizavam a definição jurídica “menor”, atrelada à Doutrina da Situação Irregular. Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, crianças e adolescentes são definidas como sujeitos de direito, cujos direitos e garantias devem ser assegurados por toda a sociedade, em consonância com a Doutrina da Proteção Integral. Segundo Xaud (1999) no Código de Menores estes eram divididos em abandonados e delinquentes, entre estes últimos, os adolescentes que cometiam ato infracional.

As novas concepções que permeiam o ECA propõem, entre outras mudanças, a substituição das nomenclaturas anteriores e do entendimento sobre este período da vida – infância e adolescência – e sua relação com a sociedade e a lei. Ao adolescente envolvido em ato ilegal, considera-se sua condição de vulnerabilidade social, denominando este como autor de ato infracional ou em conflito com a lei e não mais em situação irregular, menor ou delinquente. Contudo, tais termos não tem sido suficientes para modificar as relações que se estabelecem nesta vinculação entre adolescência e ato infracional, sobretudo dada a força da impregnação dos sentidos que os mesmos abrigam.

Percebe-se, que apesar da ampliação dos estudos sobre o adolescente, pouco foi modificado em relação à atenção ao autor de ato infracional ao longo destas décadas. Em termos de apropriação destes conhecimentos nas práticas, ainda se vê políticas públicas muito deficitárias e incapazes de resolver as questões ligadas a este público, a despeito da grande mudança, ao menos no que diz a lei, com os direitos, garantias e deveres do adolescente com a criação do ECA. Observa-se que as delimitações estabelecidas pela lei não são seguidas: as medidas socioeducativas que deveriam ser bem distintas das medidas penais dos adultos acabam por ter muita proximidade, copiando-se os mesmos ritos e costumes do sistema penal, não tratando a questão de forma diferenciada como se

deveria, conseqüentemente ficando deficitária as medidas que deveriam potencializar a vida dos jovens, resumindo-se apenas ao caráter sancionatório das mesmas.

Do ponto de vista científico, todavia, muitos estudos tem permitido compreender as adolescências contemporâneas e os contextos de vulnerabilidade sobre os quais se constroem os modos de existência e as práticas cotidianas destes (CONTINI & KOLLER, 2002; COSTA, 2007; OZELLA 2003). Os referidos autores apresentam a complexa relação entre risco, proteção, vulnerabilidade e resiliência, considerando o contexto e o processo histórico para compreender o impacto dos condicionantes que se fazem presentes na vida dos adolescentes na contemporaneidade, que acabam por torná-los suscetíveis a agravos como uso indevido de drogas, prática infracional, DST's, violência intrafamiliar, violência entre pares, fraco rendimento e evasão escolar, acidentes e morte precoce.

Na busca da compreensão da vulnerabilidade, algumas linhas alegam que a suscetibilidade dos adolescentes ao cometimento de atos infracionais possui relação com vários agravos sociais como o desemprego, fome, violência, prostituição infantil, problemas familiares, dentre outros. A desvinculação destes com a prática infracional teria, por conseguinte, relação com a promoção de fatores protetivos que pudessem ser organizadores de nova condição de enfrentamento e superação das adversidades. Alguns estudos que envolvem risco e proteção tiveram como base a epidemiologia e os estudos de causalidade e correlação, na própria psicologia. Outros, porém, passaram a considerar a dimensão processual e complexa que envolve os sentidos e significados de risco e proteção.

Dentre as medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes autores de atos infracionais, a de internação é a mais severa e impactante, destinada a autores de atos infracionais graves e reincidentes, em geral com identidades bastante marcadas pela vinculação com a prática delitiva.

Segundo o Relatório da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público (2013), o Brasil possui trezentas e vinte uma unidades de internação, entre provisórias e definitiva, destas quatro ficam no Amazonas. Este figurou enquanto o estado da União com a pior classificação quanto a regionalização das unidades, na proporção entre área territorial e o número de unidades de internação, o que garantiria o direito a convivência familiar e comunitária do adolescente em medida, visando aumentar a eficácia da mesma. O relatório demonstra ainda que em 2013 já havia se registrado a presença de 20.081 adolescentes em cumprimento de medida de privação e restrição de liberdade, sendo 18.378 só em internação. Adolescentes do sexo masculino, entre 16 e 18 anos, representam 95% deste público.

Alguns estudos realizados no estado do Amazonas tem visado o adolescente que cumpre medida de internação, como é o caso da investigação de Costa (2007), a qual buscou discutir o potencial de promoção de proteção contra o envolvimento em atos infracionais existente no contexto socioeducativo de unidades masculinas. Tavares & Costa (2008), objetivaram conhecer os sentidos de proteção construídos. Moraes & Costa (2009), analisaram os sentidos de vulnerabilidade voltados especificamente ao uso indevido de drogas por tais jovens. Fernandes (2012), verificou os processos de proteção contra o envolvimento com o ato infracional segundo jovens que estiveram em conflito com a lei, residentes em dois municípios da região metropolitana de Manaus, mas que haviam cumprido medida de internação na capital. Tavares (2012), por fim, pesquisou os sentidos subjetivos atribuídos ao risco por egressos de medida judicial de internação. Os estudos citados foram desenvolvidos pelo Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário – LABINS, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM e, dentre estes, nenhum havia buscado, até o momento, compreender qual o sentido deste ato infracional para o adolescente. Em uma perspectiva de complementariedade à compreensão da temática em âmbito local, entende-se quão importante é contribuir nas reflexões feitas sobre a mesma, ampliando para questionamentos ainda não realizados. Assim, postulou-se a relevância de apreender quais sentidos faz/fez o ato infracional para o agora jovem que já cumpriu medida de internação, visando inserir tal ato numa leitura compreensiva da totalidade histórica de sua trajetória.

Os estudos mencionados visaram ampliar o conhecimento sobre a vinculação e desvinculação de jovens com o ato infracional por meio de abordagens teórico-metodológicas afinadas com teorias críticas, enfocando a perspectiva sócio-histórica, subjetividade e sentido, nas histórias de vida de adolescentes, sentidos de risco, sentidos de proteção e sentidos ao uso indevido de drogas. Contudo estes estudos, não enfocaram uma questão que se revela crucial para compreender as relações que envolvem o jovem em vulnerabilidade e a transgressão, que seria o conhecimento dos sentidos que o ato infracional possui para o próprio adolescente. Deste modo, configurou-se uma questão central que impulsionou a presente pesquisa: quais os sentidos atribuídos ao ato infracional na trajetória de sua vida, segundo o adolescente que transgrediu a lei?

Visando responder a este questionamento, o presente trabalho pretendeu estudar e buscar compreender, à luz de abordagens críticas e histórico-sociais da psicologia, os sentidos atribuídos ao ato infracional cometido por egresso de medida socioeducativa de internação do Amazonas a partir de um estudo de caso.

Objetivou-se, assim, **compreender a partir da história de vida do sujeito pesquisado como os sentidos atribuídos ao ato infracional foram construídos**. Complementarmente visou-se conhecer os sentidos atribuídos ao ato infracional praticado antes da medida de internação, quais os sentidos que o ato infracional possui após a internação e identificar aspectos relativos as interações e ao contexto social do jovens antes e depois da medida de internação como construtor dos sentidos construídos.

O interesse pela temática ocorre pelo fato de estar ligada à trajetória acadêmica e profissional da pesquisadora, visto que, a mesma tem participado de projetos ligados a adolescentes que cometeram atos infracionais desde 2009, integrando projetos de pesquisa (“Análise diagnóstica de programas sociais da cidade de Manaus voltados ao atendimento de adolescentes em situação de risco” e “O perfil da Assistência Religiosa nas Unidades Privativas de Liberdade do Sistema Socioeducativo no Amazonas”), além de projetos de extensão universitária em unidades socioeducativas de internação, semi-liberdade e meio aberto (“En-canta a Vida: canto-coral e promoção de proteção a adolescentes em condição de vulnerabilidade”, “Oficina de Orientação Sexual com Adolescentes em Conflito com a Lei”, “Projeto Leitura” e “Acompanhamento de Egressos”). Ainda nesta perspectiva, desenvolveu o Trabalho de Conclusão de Curso com a monografia nesta temática, intitulada “Identidade, adolescência e ato infracional: considerações sócio-históricas acerca da construção da identidade a partir do discurso de adolescentes em cumprimento de medida de internação no Amazonas”. Portanto, o desenvolvimento da temática indica uma continuidade de estudos relacionados, permitindo um maior aprofundamento sobre tais temáticas e respeitando o mesmo referencial teórico utilizado.

A presente dissertação é dividida em 6 partes distintas: 1) introdução (apresentação do tema, problema, objetivos e justificativa); 2) referencial teórico, onde é feito um levantamento geral sobre as múltiplas concepções de adolescência e ato infracional, medida socioeducativa, sentidos e Rede de Significação, conceitos que norteiam o olhar desta investigação; 3) percurso metodológico, discorre sobre os caminhos que serão utilizados para fazer o estudo, caracterizando o tipo de pesquisa, a abordagem utilizada, método de análise e aspectos éticos; 4) Apresentação e discussão de resultados; 5) Conclusões e considerações; 6) referências utilizadas, seguidas dos anexos, contendo o roteiro da entrevista, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, parecer do comitê de ética, caracterização geral das entrevistas.

CAPÍTULO 2

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão abordados os pressupostos teóricos e conceituais que embasam a pesquisa visando elucidar as concepções de homem e mundo que norteiam a pesquisadora neste trabalho. Para tanto serão desenvolvidos tópicos a respeito Adolescência, Ato infracional; Medida Socioeducativa, Sentido e Rede de Significações.

2.1 – Adolescência, Ato Infracional e Medidas Socioeducativas: um olhar a partir da perspectiva Sócio-Histórica

A compreensão predominante que se tem sobre a adolescência apreende os sujeitos neste período como sendo portadores de uma natureza, de uma essência, que os caracterizaria de modo relativamente normativo. Esta compreensão é fruto de um processo histórico da produção do conhecimento científico sobre esta etapa da vida, articulada à tendência normativa e universalizante assumida também pelas ciências do comportamento, como a Psicologia. Neste campo do saber, o olhar hegemônico sobre a adolescência corresponde à concepção partilhada por autores como Aberastury & Knobel (1989), na qual:

O adolescente passa por desequilíbrios e instabilidades extremas. O que configura uma entidade semipatológica, que denominei “síndrome normal da adolescência”, que é perturbada e perturbadora para o mundo adulto, mas necessária, absolutamente necessária, para o adolescente, que neste processo vai estabelecer a sua identidade, sendo este um objetivo fundamental deste momento da vida. (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p. 9).

Tais autores entendem que necessariamente o adolescente passa por desequilíbrios nesta fase, processos perturbadores de si e dos que o cercam, que seriam fundamental para estabelecimento de sua identidade. Assim, entendem a adolescência como uma fase realmente problemática comum a todos os adolescentes, na qual o ato infracional seria entendido como resultante de uma inclinação natural e universal à transgressão, independente das diferentes condições sob as quais um jovem poderia constituir-se adolescente na relação com a sociedade.

Costa (2007) relata que tal vinculação naturalizada do adolescente com a violência e ato infracional é, em uma perspectiva linear atrelada ao modelo da ciência psicológica tradicional, vista como uma característica de rebeldia, comum à fase, ou, ainda, como patologia. Contudo, os referenciais críticos demonstram que tal efeito derivado de uma causa supostamente natural, não se manifesta em todos os adolescentes ou adolescências. Nas sociedades de classe, de feição urbana, modo de organização econômica capitalista como a nossa, esta vinculação afeta, principalmente, os que estão em vulnerabilidade social:

Os aspectos “naturais” e “universais” preconizados pela ciência “tradicional” da adolescência contribuíram para que esta fosse entendida pela ótica do distúrbio e do transtorno, associando uma série de eventos negativos aos sujeitos nessa faixa etária. A concepção patologizante e estigmatizante que resultou destas abordagens atingiu mais forte e negativamente jovens em condição de vulnerabilidade. (COSTA, 2007, p. 31)

A vulnerabilidade social, objeto de estudo de vários campos do conhecimento, entre estes a Saúde Pública, é apontada em vários estudos que se referem aos fatores de risco que envolvem a adolescência, resultando em eventos relacionados a violência. A compreensão pela via da vulnerabilidade ao invés dos estudos de risco são úteis, segundo Costa (2007), por superar a tendência do foco de culpabilização pessoal pelo fracasso ou danos, tão atreladas às concepções acríicas da própria adolescência. A autora propõe a compreensão da vulnerabilidade e da proteção numa dimensão que integra várias dimensões, a saber: individual/psicológica, afetivo/relacional e sócio-estrutural. Enquanto a vulnerabilidade, retira o foco do indivíduo e a transpõe numa dimensão social, numa compreensão mais dinâmica dos contextos que predispõe a população a agravos, não substituindo o conceito de risco, de modo mais compatível com a perspectiva histórico-crítica (COSTA, 2007).

Pelas teorias tradicionais reforça-se uma naturalização, universalização e patologização da adolescência, onde se supunha um grau de igualdade de oportunidade entre todos os adolescentes, não levando-se em consideração as desigualdades nas relações sociais, cabendo a responsabilidade ao próprio jovem.

Contudo, abordagens críticas da psicologia e do próprio estudo legal sobre a adolescência, compreendem a ideia de criança e adolescente a partir das modificações que sofreram ao longo da história, sendo possível pensar, inclusive, em várias adolescências a partir dos sentidos a partir dos quais estas podem se organizar. “Entende-se, assim, a adolescência como constituída socialmente a partir de necessidades sociais e econômicas e de características que vão se constituindo no processo” (OZELLA 2002, p. 23).

Dentre os autores nacionais de vertente sócio-histórica dedicados ao estudo da adolescência, Ozella (2003), buscou a partir de discursos de psicólogos que atuam com estes jovens, compreender esta fase. Como resultado, encontrou quatro categorias de análise que pode nos exemplificar a visão de adolescente feita por teorias mais tradicionais e críticas, são elas: 1) adolescência como etapa, *“um recorte no tempo, uma fase marcada e delimitada por características “típicas” da idade”*; 2) adolescência como processo, *“uma visão longitudinal e histórica como parte de um processo de desenvolvimento, de transição para a vida adulta”*; 3) adolescência como inerente, *“inata, que faz parte da natureza do homem e é inevitável”*; 4) adolescência como resultado de uma construção social, *“depende das relações sociais estabelecidas durante o processo de socialização, incluídos aqui fatores econômicos, sociais, educacionais, políticos, culturais etc”*. A quarta proposição de visão de adolescência é a que assumiremos neste trabalho, numa perspectiva Sócio-Histórica.

Não foi somente a visão da ciência que modificou-se quanto ao que seria a adolescência, a visão jurídica também vem sofrendo transformações acompanhando esta nova forma de compreensão deste processo. Desta forma, o Código do Menor de 1979 conceituava o adolescente que cometeu ato infracional como se encontrando em situação irregular com a lei. Xaud (2000) explica que, este possuía o mesmo conjunto de medidas aplicadas indistintamente aos menores carentes, inadapto e infratores, não havendo diferenciação entre demanda social e jurídica.

Já com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, a partir de 1990, o adolescente que, até então, tinha mais deveres do que direitos, ganha o reconhecimento de seus direitos, conforme suas peculiaridades. Aqui o Estado reconhece de forma mais explícita seus deveres quanto ao adolescente, este tem seus deveres a serem cumpridos, como o Estado possui suas obrigações para subsidiar um desenvolvimento igualitário e protetivo.

A resultante da visão jurídica do Código dos Menores era que cabia ao adolescente somente obrigações, obrigação de não cometer nenhuma conduta em desconformidade a lei, redimindo o Estado, e que este tinha a obrigação de penalizar aquele que estava “irregular”.

Atualmente, não se fala mais em situação irregular, e sim em vulnerabilidade mediante a falta de condições que tenham favorecido o desenvolvimento saudável e facilitador de potencialidades pró-sociais, pois, na maioria dos casos, o adolescente que descumpriu a lei teve seus direitos cerceados em algum momento. O ECA inaugura uma nova concepção de adolescente e destina, aos que cometeram atos infracionais, medidas socioeducativas que permitam um novo conjunto de condições que, em interação, possam promover condições transformadoras da realidade do jovem.

Contudo, a simples mudança de texto legal não assegura a adoção de uma nova concepção de adolescência e nem um novo olhar e intervenção sobre a questão da prática do ato infracional, bem como a mera substituição de referenciais teóricos por outros não seria suficiente, caso a perspectiva epistemológica que embasa o olhar e a reflexão sobre o fenômeno não sejam capazes de ampliar e incluir as múltiplas dimensões que estão envolvidas.

Disposto no ECA, artigo 2, adolescente é o sujeito entre doze e dezoito anos de idade, sendo esta sua definição jurídica. Já o artigo 103 da mesma Lei, considera ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Diante a prática infracional, a autoridade competente pode aplicar as seguintes medidas:

1) art. 115, advertência, consiste em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada; 2) art.116, obrigação de reparar o dano, quando o ato infracional tiver reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima; 3) art.117, Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), seria a realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais; 4) art. 118, Liberdade Assistida (LA), a autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente; 5) art. 120, Regime de Semi-liberdade, medida de internação com a possibilidade de realização de atividades externas; 6) art.121, internação, medida privativa de liberdade em estabelecimento educacional, não ultrapassando a três anos; 7) art. 101, medidas específicas de proteção: encaminhamentos aos pais, mediante termo de responsabilização; orientação, apoio e acompanhamento temporários; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

No esforço de articular a dimensão legal que prevê o investimento de ações para a mudança do adolescente à produção científica que confirma processos de transformação. São relevantes, além dos estudos sobre a adolescência em si, a produção de conhecimento sobre a identidade que comportem a perspectiva de mudança, movimento e processo, dadas as múltiplas conexões presentes no envolvimento do adolescente com a prática infracional e o cumprimento de medida

socioeducativa. Ciampa (2001) é um dos autores da tradição sócio-histórica que propõem um olhar sobre a identidade como metamorfose, ou seja, transformações do sujeito na sua relação consigo próprio, com os outros, sua atividade e sentidos, dadas as várias inter-relações que ocorrem ao longo de sua vida.

As inter-relações nos fazem lembrar que a multiplicidade de conexões que o adolescente estabelece não permitem que o mesmo seja resumido ao ato infracional que cometeu, ou seja, não é apenas assassino, estuproador, ladrão ou traficante. Supera-se a tendência dicotômica que tende a classificações que isolam o “mau” do “bom”. O olhar dialético da perspectiva sócio-histórica permite compreendê-los para além da condição de infratores, são também filhos, vizinhos, alunos, amigos, tudo isso ao mesmo tempo. Papéis antagônicos, mas que não negam um ao outro, não se precisa optar por uma alternativa e nem procurar novos rótulos para este adolescente, o contraditório é aceito.

Quando falamos destes papéis estamos falando de identidade. Sawaia (2001), autor também de orientação crítica, faz coro afirmando ser necessário vencer a visão antagônica da identidade, entendida como transformação/multiplicidade e permanência/unicidade, uma concepção não anula a outra, pelo contrário, é esta dualidade que permite a identidade como síntese de múltiplas “identificações em curso”. Ou, ainda, como afirma Ciampa (2001), a identidade se constitui no produto de um permanente processo de identificação.

Avançando nesta direção, poderíamos afirmar que as concepções e ações da sociedade estão inseridas neste adolescente que cometeu ato infracional, assim como as ações do adolescente fazem parte desta sociedade. O ato infracional é uma possibilidade inscrita na dimensão social. Desta forma, poderia-se contestar a ideia que tais jovens estão alheios aos “bons costumes da sociedade”. Observa-se de igual modo que a própria sociedade também está alheia a este adolescente, que encontram-se em uma condição de invisibilidade ou promovem sua existência a partir das ações possíveis no contexto social, como a infração. Para Sawaia (1995), o uno e o múltiplo não se excluem, mas constituem-se um na relação com o outro e um contém o outro, ao mesmo tempo que se superam.

Assim, percebe-se a necessidade de compreender as mudanças ocorridas na trajetória de vida de qualquer pessoa, sua identidade e os sentidos organizadores de cada um, estabelecidos na relação com o outro, na busca de uma inclusão na malha social, que é o que permite a manutenção da solidificação de uma identidade e suas variações. Entretanto, Sawaia (2001 citada por Souza 2004), alerta que pode ocorrer o processo de inclusão perversa, onde a sociedade excluiu para

incluir, ou seja, estamos incluídos de algum modo, não sendo necessariamente de forma “ideal”. Contudo, outros são levados a essa situação involuntariamente, quando seu desenvolvimento de alguma forma fora prejudicado, barrado ou impedido, a fim de preservar interesses estabelecidos, situações convenientes, caracterizando o conceito apresentado por Ciampa (2001) de “mesmice imposta”.

Mesmice é apresentada como conceito por Ciampa (2001) da seguinte maneira: é pressuposta como instância dada permanentemente e não como reposição de uma identidade que uma vez foi posta. A mesmice ocorre quando o indivíduo não apresenta transformação ou mudanças no seu modo de ser, sendo sempre a mesma coisa, o mesmo, uma reprodução daquilo que já foi um dia, não ocorre metamorfose na sua forma de pensar e agir.

Segundo Souza (2004), inclusão e exclusão são formas de violência, sendo necessário cuidado para não reduzi-las a categorias simplificadoras e ilusórias. Nesta concepção, a violência física e criminalidade são respostas a violências anteriores sofridas pelos agora autores de tais atos. A violência sofrida pelos mesmos é parte do movimento de exclusão social, compreendida como um sequestro de cidadania.

Um dos aspectos relacionados à vinculação de adolescentes e jovens nos mostra é a associação e influência de pares, que é um processo tanto de identificação quanto de pertencimento, o que constitui alternativa dos mesmos à exclusão. Sobre a questão de identificação com grupos Deca (2002), demonstra a importância de se conhecer o modo como os grupos de pertencimento são construídos, como um conjunto é dotado de identidade e de que maneira o indivíduo só pode existir mediante a identidade de determinado grupo. Afirma ainda que, a identidade grupal é formada por sinais externos e por um conjunto de símbolos e valores a partir dos quais ocorre a identificação.

Outro autor sócio-historicamente referenciado, Fernando Gonzalez Rey (2005), traz ainda o conceito de identidade psicossocial, onde os aspectos compartilhados socialmente, produzindo sentidos subjetivos na nossa história passam constituir-se em sentidos subjetivos que mobilizam a produção emocional e simbólica e que integram a complexidade de elementos psicológicos da identidade. Portanto, quando se compartilha aspectos da identidade, esta se naturaliza e não é vivenciada de forma consciente, contudo, quando se distancia da dimensão objetiva dos espaços, ocorre uma conotação subjetiva que permite percebê-lo de forma consciente.

Retomando o conceito de mesmice apresentado por Ciampa (2001), o autor apresenta um contraponto a este quando explicita o processo de mesmidade, na qual o sujeito vivenciaria a mudança de pensamento e comportamento, de contorno identitário, diferente da mesmice, que

representa a não-mudança. Registros obtidos por meio das intervenções junto a jovens no sistema socioeducativo, apontam que estes “não paravam para pensar” ficavam na “vida louca” e quando estavam em medida de internação percebiam a realidade de forma diferenciada (VIEIRA & COSTA, 2009). As transformações identitárias implicam em diferentes sentidos que, articulados, organizam subjetivamente o jovem na sua relação consigo e com o mundo.

2.2 – Sentido e Significados

Atos infracionais são coibidos socialmente, punidos, vistos como indesejáveis e negativos. Seus autores são identificados por meio de identidades marginais, estigmatizadas. As consequências alcançam prejuízos de várias ordens à pessoa que o produz. Então, o que leva um adolescente a infracionar se este ato não é aceito socialmente? O que ele traz consigo enquanto construído por meio do qual ele se vincula subjetivamente com o ato infracional pode ser tratado como “sentido” e “significado”: termos que para alguns autores se equivalem. No presente trabalho partiremos das ideias de Gonzalez Rey sobre sentido, embora a compreensão deste para autores que postulam teorizar sobre Redes de Significações (RedSig) é que sentidos e significados encontram-se vinculados.

González Rey (2005), refere-se a um processo interessante que ocorre na produção dos sentidos subjetivos que é a naturalização dos espaços e fenômenos socialmente construídos. Assim, ao se institucionalizarem, naturalizam-se, convertendo-se em “realidades” socialmente aceitas, podendo ser transformadas apenas por uma ação crítica e diferenciada de outros que vivem nesta mesma realidade.

Um conceito que permite maior entendimento sobre a produção de sentido é o conceito de subjetividade. A subjetividade é entendida como a organização dos processos de sentido e de significações que surgem e se organizam de variadas formas e em diversos níveis no sujeito e na personalidade, bem como nos diferentes espaços sociais que atua. (González Rey 1999 citado por Martinez, 2005). Gonçalves (2003) confirma o conceito de subjetividade afirmando ser o conjunto de experiências do indivíduo, constituída a partir de suas interações sociais.

Se podemos dizer que os significados mudam de acordo com as vivências experienciadas e contextos diversos experimentados, isto nos remete mais uma vez ao foco do estudo: o sentido atribuído ao ato infracional; e ao específico, que busca perceber se houve mudança neste sentido.

Martinez (2005) reforça a ideia de que na subjetividade as novas produções de sentidos constituídos nas atividades influenciam o sistema de configuração da personalidade, não de forma imediatista, mas mediata nos processos de reconfiguração atrelados a constante dinâmica dos distintos sistemas de atividade e relação à qual o sujeito está ligado.

González Rey (2011), aponta dois momentos importantes na constituição da subjetividade, individual e social, estas se pressupõem de forma recíproca no desenvolvimento do indivíduo. A subjetividade individual é determinada socialmente num processo de constituição que integra simultaneamente as subjetividades social e individual. Concluimos que o indivíduo é elemento constituinte da subjetividade social e, concomitantemente, se constitui nela.

O autor fala ainda das características flexíveis, versáteis e complexas da subjetividade que permitem ao homem a capacidade de criar permanentemente processos culturais que, abruptamente, modificam seu modo de vida, levando-o a reconstituição da subjetividade tanto social quanto individual.

Ainda sobre sentidos e significados, a RedSig também busca compreendê-los, como dito anteriormente. Smolka (2004) explica que significação vem da noção de signo ,que traz implicado uma concepção de representação *“uma ideia representa uma coisa, uma palavra representa uma ideia ou uma coisa, uma coisa representa outra coisa”*. Representação envolvia a percepção e a formação de imagens, implicando *“uma relação de semelhança, uma ideia de imitação, e uma função de substituição – estar no lugar de”*. A partir destas concepções, a autora clarifica seu entendimento sobre sentido, este *“não é o signo, não está no signo, mas produz-se a partir do signo”*. Assim, sentido é uma resultante, não o princípio.

Quanto a significação, Smolka (2004), através do conceito de Pierce (1975), propõe que signo *“é aquilo que, sob certo aspecto e de algum modo, representa algo para alguém”*. Desta forma, o signo dirige-se a alguém. O autor diferencia sentido de significado, sendo o primeiro linguístico e o segundo, psicológico, *“há um sentido-na-língua que se distingue de um sentido vivido”*.

Furlan (2004), consegue conceituar melhor o que seria sentido para a Rede de Significação:

a noção de “rede de significações” representa todos esses sentidos que compõem um mundo para nós, não como soma, mas como “sistema”, em que cada sentido é determinado na sua relação com os outros: um mundo de significados latentes de que o sentido de nossas percepções e pensamento atuais são concreções singulares e provisórias. Como a rede não pode ser assumida como figura, nossas significações terão sempre um lado oculto para nós

(além da obscuridade própria do Ser), e sua permanência ou mudança está menos no plano representacional da existência ou nos significados claros de nossa linguagem, do que no sentido de nossa forma e agir, sentir e perceber. (FURLAN, 2004, p.51)

A medida de interação desta feita corresponde a um período que contém vivências e produz algum tipo de impacto sobre os sentidos sobre ato infracional que se confirmam ou se alteram na experiência de cada jovem que a vivencia. A essência da medida socioeducativa é justamente a crença de que esta poderá promover mudança. Se assim for, jovens egressos do sistema socioeducativo apresentarão indicadores da transformação na subjetividade individual e conseqüentemente social do modo como percebem o ato infracional, ou seja, transformações em sua rede de significações, que resultará em outros sentidos.

2.3 Rede de Significações

A Rede de Significações (RedSig) surge como uma perspectiva teórico-metodológica capaz de auxiliar os processos de investigação e compreensão do desenvolvimento humano, (ROSSETTI-FERREIRA, AMORIM, SILVA & CARVALHO, 2004). Esta tem seus pilares teóricos em autores de orientação histórico cultural, como Vygotsky, Wallon, Valsiner e Bakhtin. Sendo assim, abarca os conceitos e percepções de mundo já citados e apresentados anteriormente, por esse motivo, escolhida como norteadora do estudo e metodologia a serem adotados.

A RedSig recorre a metáfora de rede para explicar a complexidade dos processos de desenvolvimento, sua flexibilidade e dinâmica, transformações e delimitações. Assim, a qualidade situada e processual das interações só é possível se levado em consideração as relações em que o sujeito encontra-se articulado e pertencente. A rede de significados e sentidos que ocorrem na ação de significar o mundo, o outro e a si mesmo, num processo dinâmico, estrutura um universo semiótico, denominado de *Rede de Significações*. Percebe-se a familiaridade do conceito ao foco do estudo, compreender o sentido atribuído ao ato infracional, para tanto, faz-se necessário apreender a Rede de Significações que cerca o sentido dado ao ato infracional.

A RedSig propõe que a emergência de ações/emoções/concepções pode conduzir as pessoas a atribuição de novos sentidos a situação, reorganizando a configuração da rede e promovendo novas formas possíveis de comportamento das pessoas em interação. Tal noção de rede permite afirmar que para cada sujeito as redes são configuradas com uma especificidade.

Dentre os conceitos básicos a RedSig traz a ideia de *campos interativos dialógicos*, o qual considera a natureza dialógica das relações, por meio destas, os papéis de outros são assumidos ou rejeitados, suas ações se completam, suas atitudes tomam forma e adquirem significados.

Outro conceito, o de *pessoa*, ao invés de indivíduo ou sujeito, optou por este termo, “*tentando garantir, na sua utilização, a referência aos indissociáveis processos de co-construção pessoa-meio*”: pessoa é um termo que, segundo os autores, permite dimensão, é múltipla pois são múltiplos e heterogêneos com quem interage, (ROSSETTI-FERREIRA, AMORIM & SILVA, 2004).

Ao destacarem a importância dos *contextos*, entende que os processos de desenvolvimento estão situados em contexto cultural e socialmente regulado, tais contextos “*são constituídos pelo ambiente físico e social, pela sua estrutura organizacional e econômica, guiados por funções, regras, rotinas e horários específicos*” CITACAO. Desempenham papel fundamental, visto que, quando inseridas nestes contextos a pessoa passa a ocupar certos lugares e posições, emergindo determinados aspectos pessoais e delimitando o modo como as interações podem se estabelecer naquele contexto.

Ao que se refere a *matriz sócio-histórica* compreende que com ela é possível romper com a tradicional divisão entre as dimensões pessoais e coletivas, articulando entre micro e macro social:

os processos interativos estabelecidos entre as pessoas, em contextos específicos, são considerados como mergulhados em e impregnados por uma matriz sócio-histórica, de natureza semiótica, composta por elementos sociais, econômicos, políticos, históricos e culturais. (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM & SILVA, 2004, p. 23)

As múltiplas dimensões temporais, são entendidas pela noção de que todo acontecimento está situado num contexto espaço-temporal, devendo portanto, ser considerado sempre o lugar e o momento em que ocorrem tais processos, compondo-se um binômio indissociável.

Rossetti-Ferreira (2004) fala da dialogia necessária na relação com o outro, o que possibilita variadas interpretações de mundo e de si, o que embasa a construção de diversos sentidos sobre um mesmo fenômeno:

Como os parceiros de interação são vários, assim como são variados os papéis ou as posições que atribuem ou assumem um em relação ao outro, múltiplas são as interpretações da pessoa para o mundo e do mundo para a pessoa. Isso possibilita a construção de sentidos diversos e até mesmo contraditórios a respeito de um mesmo fenômeno ou de uma mesma situação. (ROSSETTI-FERREIRA 2004, p. 17)

Quanto a questão do contraditório, Rossetti-Ferreira (2004) compreende que a contradição, o conflito ou a oposição são inerentes ao processo de desenvolvimento. Desta forma, a RedSig busca integrar as várias polaridades como constitutivas dos fenômenos em estudo.

Esta abordagem possui *matriz sócio-histórica*, composta por elementos sociais, econômicos, políticos e culturais, todos historicamente construídos e continuamente em construção. Os sentidos possuem natureza fundamentalmente semiótica e concretude no aqui-agora das situações.

A *metáfora da rede* é incorporada para “dar conta das múltiplas articulações, apreendendo a complexidade em que as pessoas e seus processos de desenvolvimento se encontram”, (SILVA, ROSSETTI-FERREIRA & CARVALHO, 2004, p. 28). De acordo com o momento e contexto da pessoa e suas interações, modificará certos sentidos e significados, ocorridas pela mudança de alguma dimensão envolvida. Consequentemente, seus elementos são rearticulados, reconfigurando sua organização.

Em estudo com adultos que narram suas trajetórias de vida de vinculação e desvinculação com o crime, Silva (2003) utiliza o referencial da rede de significação e dos estudos de identidade narrativa para apreender, no curso da história contada pelo próprio sujeito, os pontos em que atribui sentido para a manutenção de seu lugar/papel no mundo e nas relações com os outros e consigo.

Compreender os mecanismos que estão implícitos ao movimento duplo de fechamento/abertura de possibilidades demonstra-se como um dos grandes desafios da psicologia do desenvolvimento. Tem-se utilizado o termo circunscritores para se tratar deste processo. Além disto, a RedSig tem utilizado o termo enredamento para discutir certos padrões de relacionamento na articulação dos diferentes significados e sentidos presentes numa dada situação. Como todo circunscritor o enredamento se dá em relação e não pode ser compreendido fora do cenário (SILVA, ROSSETTI-FERREIRA & CARVALHO, 2004). Na proposta teórico-metodológica da RedSig, um modo possível de compreender os sentidos, suas vinculações em rede e transformações é através da história narrativa pessoal, daí a escuta de egressos do meio socioeducativo com vivências reiteradas com o ato infracional ser um caminho para identificação das mudanças e processos aí implicados.

CAPÍTULO 3

PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 Tipo de Pesquisa

Como o foco do presente estudo é o sentido ou os sentidos atribuídos ao ato infracional cometido ao longo da vida de adolescentes egressos do sistema socioeducativo, optou-se por uma abordagem metodológica do tipo qualitativa, a qual abarca mais especificamente as demandas propostas no estudo. As metodologias qualitativas privilegiam as falas dos sujeitos, que são interpretadas pelo pesquisador e sustentadas não por critérios numéricos (frequência), mas pela qualidade das vivências reportadas pelos atores sociais e pelos sentidos e plausibilidade interpretados ali.

O estudo realizado por Silva (2003) oferece uma relevante perspectiva para investigação de transformações ocorridas na trajetória de vida de pessoas A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA NARRATIVISTA. Ao estudar adultos autores de crime que passaram pelo sistema penal, a autora aprofunda o olhar nas narrativas produzidas por dois (02) entrevistados, estabelecendo conexões que elucidariam a trajetória de continuidade e descontinuidade com o crime ao longo de suas vidas, sobretudo após o cumprimento da pena. Tal estudo inspirou o presente trabalho por oferecer teórica e metodologicamente alternativas compreensivas e em profundidade dos aspectos relevantes a este estudo, através de estudos de caso com número bastante restrito de sujeitos, tendo em vista que não se almeja busca por regularidades e sim a singularidade das trajetórias e a atribuição do sentido à infração.

Em consonância ao trabalho norteador de Silva (2003), reforça-se os pressupostos metodológicos da Epistemologia Qualitativa, os quais estão de acordo com a perspectiva adotada nesta pesquisa. Os três dos princípios apontados por Paula e Cupolillo (2005) seguidos foram:

a) Produção do conhecimento como construtiva-interpretativa, onde tanto o sujeito como o objeto são subjetividades envolvidas ativamente na construção desse conhecimento e a interpretação é a possibilidade de dar sentido à expressão do pesquisado.

b) Produção do conhecimento de caráter interativo, onde o enfoque não está no método, mas nos atores que atuam no processo de pesquisa, portanto no pesquisado e pesquisador.

c) A singularidade como nível da produção do conhecimento, onde não é a quantidade de sujeitos que importa, mas a possibilidade de dar significações daquilo que se pretende estudar no momento da pesquisa, esse enfoque é o que dá a legitimidade para o estudo.

Uma vez apresentado o fundamento metodológico da abordagem do presente trabalho, segue o detalhamento das condições sob as quais a pesquisa ocorreu.

3.2 Contexto da pesquisa

Ainda que o encontro com o sujeito da pesquisa tenha sido proposto após o cumprimento de medida socioeducativa, é importante apresentar o cenário que envolve a realidade dos jovens que passam pelo sistema judicial em tal circunstância e a relação da pesquisadora neste âmbito. A cidade de Manaus conta com três unidades Socioeducativas destinadas à execução da medida de internação para adolescentes autores de atos infracionais graves, reincidentes ou que são indicados por descumprimento de medidas mais brandas. Duas destas unidades são para público masculino e uma destinada para adolescentes do sexo feminino.

A pesquisadora participa de um projeto denominado “En-canta a Vida” desenvolvido pelo Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário – LABINS da Faculdade de Psicologia/UFAM em uma destas instituições há mais de três anos, o que possibilitou conhecer e acompanhar vários adolescentes ao longo destes anos.

O projeto consiste em várias ações, que incluem aulas de canto-coral aos adolescentes em medida de internação e, a partir destas, o desdobramento de acompanhamento de egressos do sistema socioeducativo. O acompanhamento se dá como por meio da promoção da resiliência através de 'tutores', termo proposto por Cyrulnik (2004) como dispositivo para prover condições de uma nova organização do sujeito para enfrentamento das adversidades, baseada na vinculação e na produção de novos sentidos. Após a saída dos jovens da instituição, é desenvolvido

acompanhamento através de encontros e outras formas de contato (redes sociais na internet e telefônico). Os encontros de acompanhamento são assistemáticos, ocorrendo a partir do movimento próprio da demanda de cada jovem, incluindo preparação e acompanhamento escolar e profissional, atividades de lazer, inclusão em grupos de atividade, conversas informais e programas culturais. A pesquisadora em questão desenvolve atividades de acompanhamento de egressos até o momento atual junto aos egressos do programa En-canta a Vida.

3.3 Participantes

Para que se chegasse à escolha do caso único escolhido ao presente estudo, participaram da pesquisa dois jovens do sexo masculino que cumpriram medida socioeducativa em uma unidade de internação de Manaus. Ambos são atendidos pelo projeto de Acompanhamento de Egressos vinculado ao Programa En-Canta a Vida, desenvolvido pelo Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário (LABINS). Em se tratando da natureza da pesquisa, seus objetivos e delineamento metodológico, não é considerado o critério de saturação para o estabelecimento do número de participantes, mas sim a possibilidade destes, devido à sua implicação com a temática e a questão de investigação proposta, poderem apresentar conteúdos úteis à ampliação do conhecimento acerca do que se propôs. Os critérios de inclusão dos jovens que foram entrevistados tiveram pleno atendimento, a saber:

- Ter cumprindo medida judicial de internação em uma unidade socioeducativa.
- Possuir mais de um processo judicial.
- Estar fora do sistema judiciário há mais de seis meses.
- Dispor-se de forma voluntária a participar da pesquisa.
- Ter mais de dezoito anos

Os dois jovens convidados a participar da pesquisa no primeiro momento possuem participação intensa no projeto, além de terem já previamente estabelecido uma relação positiva com a pesquisadora. Todos os cuidados referentes à resolução 196/96-CNS, que dispõe sobre procedimentos éticos de pesquisa realizada com seres humanos, foram seguidos. Após tomarem ciência da pesquisa e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE em anexo) foi informado que poderiam desistir a qualquer instante e que seria resguardada sua identidade. Após a aceitação de ambos, foi feito agendamento das entrevistas individuais as quais ocorreram em local

acordado por cada um, a saber, na residência de um deles e no LABINS/UFAM. Não houve nenhuma situação que justificasse a exclusão dos sujeitos participantes, de modo a prosseguir na etapa de tratamento dos dados, a qual possibilitou avançar nos objetivos da pesquisa.

Diante do vasto material que se apresentou, resultante das entrevistas, optou-se por considerar apenas um sujeito para análise dos dados para que se pudesse debruçar melhor sobre os dados que emergiam. A escolha do jovem atendeu um critério de arbitrariedade, uma vez que ambas as narrativas mostraram-se ricas em conteúdo visando articulação teórica e discussão rumo aos objetivos do projeto. Por se tratar de um trabalho que se dispôs à apresentação e discussão de um caso único, cogita-se a possibilidade futura de realizar o estudo aprofundado com a entrevista que não integra este trabalho, para aprofundamento, continuidade e reflexões posteriores.

3.4 Instrumentos

Para a coleta de dados, foi utilizado como instrumento uma entrevista semi-estruturada (em anexo IV). As perguntas abordaram questões relacionadas ao ato infracional, a trajetória de vida dos jovens e seu contexto social. O instrumento possibilitou a uma conversação entre pesquisador e entrevistado na qual foi permitido a ocorrência de “um processo cujo objetivo é conduzir a pessoa estudada a campos significativos de sua experiência pessoal, os quais são capazes de envolvê-la no sentido subjetivo dos diferentes espaços delimitadores de sua subjetividade individual.” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 126).

Tal como nos relata Triviños (1987, p. 152 citado por MANZINI, 2004), a importância da entrevista semi-estruturada é que esta “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

A entrevista foi do tipo biográfica numa perspectiva narrativista. Em obra que retrata seu trabalho de doutorado, Silva (2003) explica a importância da entrevista biográfica pois coloca o participante numa posição de reflexão sobre sua vida, num movimento de desdobrar-se sobre si, situação que expressa o caráter duplo na constituição do sujeito, sujeito de si e próprio objeto de investigação. Portanto, o participante é compreendido como um narrador, autor da sua história de vida e dos papéis que assume ou surgem na narrativa para expressar as pessoas com as quais se relacionou.

Ainda na obra de Silva (2003), a autora faz referência a Bruner, propondo a existência de dois modos de pensamento para compreender o mundo: o paradigmático, a compreensão de mundo

se dá por meios lógicos e teorias; e o modo narrativo, eventos são explicados por histórias organizadas no tempo. Para este, a narrativa é uma forma poderosa de discurso, tornando-se um instrumento para produzir significados, numa esquematização da experiência através da linguagem. Busca-se compreender como esse relato está produzindo realidades dessa vida narrada, considerando experiência em si.

3.5 Tratamento dos Dados

Após a realização das entrevistas, estas foram transcritas e catalogadas de forma a não permitir identificação dos participantes. Procedeu-se a utilização do método para tratamento dos dados, a saber, a Perspectiva Narrativa, utilizada no Brasil por autores identificados com a perspectiva sócio-histórica e da RedSig (SILVA, 2003; ROSSETTI-FERREIRA, AMORIM, SILVA & CARVALHO, 2004).

A exploração da construção dos sentidos atribuídos ao ato infracional é possível a partir da perspectiva narrativista, encontrando suporte no desenvolvimento e na construção da narrativa em estudos com domínio da história de vida. Silva (2003), utilizou tal abordagem para compreender o processo de continuidade e descontinuidade no envolvimento com o crime de dois sujeitos em sua tese de doutorado.

De acordo com Bruner (1997 citado por Silva 2003), a narrativa possui algumas características: necessita de um meio para enfatizar o agenciamento humano; tem que ter sequencialidade, onde será percebida a dinâmica temporal e ordenada dos eventos; possibilita um manejo singular, auxiliando em novas construções sobre os fatos. Portanto, a narrativa torna-se um instrumento para produzir significados, uma forma específica de esquematização da experiência e um meio de utilização da linguagem.

Segundo Silva (2003), a narrativa sustenta o pressuposto de construção social do sujeito, sendo compreendida como produção compartilhada e situada. Assim, não seria apenas uma representação da experiência vivida, mas atividade. Implicando a produção de uma vida, pois ao falarmos sobre nós estamos ativamente produzindo sentidos de nós mesmos.

Desta forma, buscou-se realizar uma leitura exaustiva das transcrições dos dados, para se aprofundar nas histórias de vida de cada um. Tentando-se compreender os pontos significativos, como ocorria as ligações da sua rede de significação, que sentidos o ato infracional percorria e de

que forma emergiam, caso fossem modificados como acontecia essa ressignificação. Assim, fora possível trazer à tona os sentidos dos atos infracionais, os contextos que estavam emaranhados e os significados atrelados as relações circunscritoras.

Rossetti-Ferreira, Amorim & Silva (2004, p. 31), relatam que na Rede de Significações há *“uma apreensão pelo pesquisador da situação investigada e uma interpretação de como os componentes apreendidos articulam-se e circunscrevem certas possibilidades de ação/emoção/cognição”*, assumindo um processo contínuo e complexo da articulação de elementos. Em relação a análise de dados, busca-se compreender antigos e novos comportamentos e sentimentos que podem revelar a emergência de novos significados, tais momentos devem ser analisados com maior minúcia, buscando-se identificar sinais de transição e mudança, associados a elementos de circunscrição e resistência.

3.6 Aspectos éticos

Foram adotados todos os princípios éticos contidos na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde - CNS que dispões sobre a realização de pesquisa com seres humanos. O Termo de Aprovação do Comitê que autoriza a realização desta pesquisa que integra os estudos com egressos do sistema socioeducativo do Amazonas encontra-se em anexo. Do mesmo modo, encontra-se cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido destinado aos participantes.

CAPÍTULO 4

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desafio do presente capítulo é apreender o que se objetivou como proposta de estudo, a saber: compreender a partir da história de vida do sujeito pesquisado como os sentidos atribuídos ao ato infracional foram construídos. A opção presente é de apresentar os dados e já tecer discussão sobre os mesmos, num diálogo com os pressupostos teóricos utilizados.

A narrativa histórica permite apreender uma ordenação cujos sentidos se organizam em torno de eventos, de ‘marcadores’ das trajetórias vivenciadas, razão pela qual pode-se atribuir uma sequência temporal, ainda que não rígida, de antes-durante-depois, mesmo que esta linearidade não seja o mais importante. Como demarcadores associados à teoria e método, verificou-se quais os sentidos atribuídos ao ato infracional praticado antes da medida de internação, quais os sentidos que o ato infracional possui após a internação e identificando-se o contexto social deste jovem antes e depois da medida de internação como construtor dos sentidos atribuídos à infração. Estes demarcadores permitem vislumbrar as *múltiplas dimensões temporais* postuladas pela RedSig (ROSSETTI-FERREIRA, AMORIM & SILVA, 2004).

Como dito, o esforço interpretativo se deu a partir das propostas da RedSig, onde a emergência de ações/emoções/concepções pode conduzir as pessoas a atribuir novos sentidos a situação, reorganizando a configuração da rede e promovendo novas formas possíveis de comportamento das pessoas em interação. Neste espaço foram analisados os blocos temáticos norteadores, posições assumidas e os sentidos atribuídos ao ato infracional na entrevista. Contudo, antes de apresentarmos as análises propriamente ditas, cabe fazermos um breve resumo da história de vida do participante para que haja uma melhor compreensão dos dados a serem posteriormente apresentados.

Como base de articulação teórica também está o conceito de Ciampa (2001), o qual entende o indivíduo pelo que faz e não algo e a perspectiva sócio-histórica como norteadora.

Em consonância à compreensão socio-histórica, a atividade – uma das categorias centrais sob as quais é fundado o psiquismo -, define o que somos e nossas relações. É a atividade no mundo que nos confere identidade em relação ao outro. Portanto, optou-se por chamar o autor da narrativa a ser

apresentada como “Jovem-que-estuda.”, por ser a atividade que mais aparece como simbólica ao longo de sua trajetória de vida.

4.1 O Jovem-que-estuda como sujeito que narra sua história e seus sentidos

O Jovem-que-estuda (JQE) tem vinte e dois anos, pai de uma menina de dois anos e trabalha como Auxiliar de Serviços Gerais. Teve como fato marcante na sua vida a morte da sua avó materna. Os primeiros atos infracionais cometidos foram relacionados ao tráfico de drogas, motivo pelo qual cumpriu sua primeira medida socioeducativa com prestação de serviço a comunidade. Sua segunda apreensão também foi por envolvimento com o tráfico, contudo fugiu da delegacia. Em sua terceira apreensão foi sentenciado a cumprir medida socioeducativa de internação em meio fechado, por cometimento de assalto. Após sua remissão e desinternação, sendo flagranteado aos dezenove anos por tráfico de drogas, ficando preso cerca de um mês, recebendo posteriormente uma pena alternativa de prestação de serviço à comunidade. Com o advento do nascimento da sua filha e, posterior, morte de seu avô rompe com o crime. Atualmente, trabalha e deu prosseguimento aos estudos. Motivo este que justifica o nome que lhe é atribuído, principalmente por remeter aos planos feitos por sua avó para sua vida.

“QUERIA SABER COMO ERA ESSA VIDA” mas “ESSA VIDA NÃO É PARA MIM”

Aqui, tentaremos compreender a partir da história de vida do jovem-que-estuda, que sentidos o ato infracional desempenha na organização de sua trajetória, a partir dos blocos temáticos norteadores de sua vida como: infância, família, identidade infratora, conflito com a lei, relações afetivas, escola, infância, medidas socioeducativas, crime e vida na atualidade. A organização por blocos também foi realizada por Silva (2003), sendo possível verificar os temas narrados, o modo pelos quais o sujeito se posicionava e significava os eventos narrados, bem como as posições predominantes, os sentidos dados ao ato infracional. A caracterização geral da entrevista do Jovem-que-estuda encontra-se na tabela em anexo (ANEXO IV).

O Jovem-que-estuda começa sua história de vida reportando-se à infância, mais precisamente relatando que foi criado por sua avó materna e que a mesma era quem o incentivava a

estudar. Contudo, atribui à morte de sua avó uma mudança significativa em sua vida, “[fui] *conhecendo outras pessoas que não (era) pra mim conhecer, aí eu fui pra rua, aí já veio altas fluências*”.

Percebe-se grande dificuldade em contar como foi sua infância. De fato, parece que sua vida tem dois grandes marcadores iniciais: ter sido criado pela avó e morte da mesma. Este que vai sendo lembrado diversas vezes durante a entrevista, sempre colocado como condição inicial para cometer atos infracionais. A avó é relatada não apenas como figura materna, protetiva, que o incentivava aos estudos, mas também aquela que o salvou da morte, alegando que sua mãe biológica teria desejado matá-lo. Relata que foi abandonado por sua genitora, e que esta havia tentado matar não somente a ele, mas também ao seu irmão. Acredita que sua genitora possa ter problemas mentais, além de ser usuária de álcool e atualmente, está presa por roubo. Atribui à sua tia e, sobretudo à avó, o fato de ainda estar vivo.

De forma muito simbólica, a morte desta é marcada como um “apagão” na sua vida. “*depois quando ela faleceu [avó], parece que eu esqueci entendeu? [...] depois quando ela morreu parece que (pausa) ficou um branco “mermo”*”. Com menos ênfase que a figura da avó, o Jovem-que-estuda introduz seu avô na narrativa, a quem chama de “pai”. Entretanto, não considera a figura do seu avô/pai tão protetiva assim, “*o meu pai (avô) não era assim no meu pé, entendeu? Só era a minha avó “mermo”, aí eu já fui pra rua*”.

Quanto ao seu genitor, teve pouco contato com o mesmo na infância. Veio conhecê-lo “*agora depois de grande*” (JQE). Apesar desta afirmativa, em outros momentos da entrevista relatou que sua avó paterna e seu genitor o haviam rejeitado por não acreditarem que era de fato seu filho. Descontinuidades temporais na narrativa remetem aos modos como os sentidos e posições do sujeito são assinalados, uma vez que este, até a idade adulta, não vivenciou o lugar de filho na relação com o seu genitor e não reconhecia estas ligações como vínculos familiares:

quando eu era pequeno a minha mãe, a minha mãe me levava lá, falavam que, que eu num era filho dele, tá entendendo? Falava: Não num gosto dele por que... Esse aqui não é o filho do seu Zé “mermo” não. Num sei o que, porque eles, eles, eles num gostavam da minha mãe, entendeu?

Já quando adulto, o Jovem-que-estuda consegue restabelecer um determinado vínculo com o genitor e receber pedido de desculpas por sua ausência, conforme diálogo reproduzido pelo próprio entrevistado, resgatando o que teria sido este encontro:

(fala atribuída ao genitor, dirigindo-se ao Jovem-que-estuda) “Pô (...) eu não te criei porque (pausa longa) eu sei que eu não te criei, mas (pausa), poxa, eu quero te pedir desculpas.”

“Pedi desculpas lá de mim lá. Falei: “ Não, não esquento não com isso. Mas eu tô vivo, graças a Deus!” .

“Eu sei que eu errei”, ele falou. (fala atribuída ao genitor)

“Falei: Não, esquento não beleza!

Eu vou lá quando tô precisando de alguma coisa.” (JQE)

Observa-se que se inicia um processo de vínculo entre eles e que o genitor começa a surgir como uma figura protetiva e de referência, além de ser reconhecido como fazendo parte da família a partir de determinado ponto da narrativa.

A opção do uso das palavras genitor e genitora ao invés de ‘pai’ e ‘mãe’ é justificada pelo fato do interesse do presente estudo ser nos sentidos atribuídos pelo jovem e sua Rede de Significação. O mesmo deixa bem claro que não considera seus pais biológicos como pai e mãe, e que tais termos abrigam o sentido que possuem sua avó e seu avô, porque estes o criaram. Este sentido fica claro na fala: *“eu não considero ele como meu pai não, porque não foi ele que me criou. Só fez me botar no mundo mermo, mas quem me criou foi meu pai, que foi minha avó e meu avô, tá entendendo?”*

Sobre seus irmãos, afirma que pelo lado paterno tem dois meninos, gêmeos, já em relação à prole materna, não sabe precisar:

assim que eu sei mermo, era eu e meu irmão, só que eu tenho muito irmão espalhado por aí, só que a minha mãe ela, como que eu te falei que ela era meio..., ela deixava assim... assim com o pai que ela se metia, assim deixava com a família, só ali pra Compensa eu tenho umas (pausa curta) duas a três irmãs (pausa) tão espalhados por aí

No bloco temático referido à escola, apresenta uma fala positiva, mas também vinculada à influência da avó: *“Gostava, estudava ‘mermo’, estudava lá e ainda aqui em casa, porque ela (a avó) tava toda hora no meu pé, toda hora ‘mermo’”*.

No entanto, o jovem não aprofunda o sentido do gostar de estudar e sim, vincula este ato ao sentido de proteção, orientação, vínculo e monitoramento por parte da avó, razão pela qual ele estudava. Esta identidade, contudo, embora interrompida em sua narrativa pela substituição de outra identidade, possui imbricada implicação com o sentido de “vida”, ou “a vida para qual nasceu”, a “vida para qual a avó o destinou”, como será retomada mais adiante.

Rossetti-Ferreira, Amorim e Silva (2004), compreenderam *contexto* como *“constituídos pelo ambiente físico e social, pela sua estrutura organizacional e econômica, guiados por funções, regras, rotinas e horários específicos”*. Trazendo esta perspectiva para a análise podemos dizer que o *contexto* no qual estava inserido era: morava com seus avós e seu irmão, estudava regularmente e possuía uma rotina fixa e rígida de estudos acompanhada por sua avó. Contudo, este *contexto*,

ganha uma nova roupagem com a morte da avó, já não tem um acompanhamento rígido de horários, deveres escolares ou outros cuidados. Este perde seu lugar de filho e estudante passando buscar outros lugares e posições possíveis.

Então, diante destas *múltiplas dimensões temporais*, vê na figura do traficante esta nova possibilidade, seu *contexto* se modifica e a *rede* vai ganhando novas configurações. A figura do traficante como referência marca não somente o sentido que carrega ato infracional nos primeiros envolvimento do jovem com esta prática, mas também em termos de experimentação de um novo modo de vida e uma nova identidade “*a primeira pessoa que eu conheci foi um traficante dali debaixo [...] Eu vi aquele movimento dele lá, ganhava dinheiro direto, dinheiro na mão dele, aí eu queria assim, eu queria ver qual era o gosto, entendeu?*”. Observa-se o ato infracional em sua narrativa marcado pelo ***sentido de saber o gosto/curiosidade***, curiosidade de se conhecer a sensação de traficar, ter dinheiro na mão, “*porque eu via todo mundo, se adiantando, ganhando dinheiro fácil, vai rápido, aí eu queria sentir o gosto, entendeu? O que que era a sensação de entrar nessa vida*”.

Vale entender que essa identificação com o traficante e a curiosidade sobre o ato infracional se deve pelo *contexto, dimensão temporal e dialogia* específicas. Rossetti-Ferreira (2004), nos relata que é graças a esta dialogia que são possíveis diversos *sentidos* sobre o mesmo fenômeno. Até o momento o jovem via no ato infracional como algo que não era para ser conhecido, com *alguns sentidos atribuídos* através de sua relação com avó. Mas, se esta não esta mais presente os sentidos já não tem mais o mesmo significado.

O sentido de curiosidade é atrelado ao ***sentido de dinheiro fácil***, “*eu quero também entra nessa vida, também quero dinheiro fácil*”. Que, por sua vez, está conectado com o ***sentido de não era para conhecer*** “*aí desde aí (quando começou a traficar) já fui conhecendo as coisas que num era pra me conhecer*”. O jovem passa atribuir um sentido de que a partir daí sua vida foi apenas *destruição* “*só destruição na minha vida, eu fiquei preso (pausa) eu não ganhei nada, só destruição mermo*”, O ***sentido*** atribuído ao ato infracional como ***só destruição*** não surge desconectado. De modo complexo, surge vinculado ***ao sentido de perda da infância***, como o próprio jovem afirma: “*só que depois quando eu vi né a minha infância não deu foi é nada*”.

Apesar da infância do mesmo ter sido marcada por adversidades, o Jovem-que-estuda fala de forma incisiva, em quatro momentos distintos da entrevista sobre sua vinculação voluntária ao mundo do crime: “*ninguém me botou a arma na cabeça não, eu mermo fui, queria saber, entendeu? como é que era*”.

Em sua construção narrativa, foi de forma “espontânea” atrás do traficante do seu bairro se oferecer para “trabalhar” para o mesmo. O termo *espontâneo* é aqui grafado entre aspas para suscitar um olhar reflexivo, de modo a trazer à tona o foco do estudo, a saber, sentido e rede de significações. É possível que o jovem consiga integrar este fato – vinculação com o ato infracional – pelas duas vias: decorrente do contexto de vida e adesão espontânea. Tal observação advém do fato de que em vários momentos o mesmo atribui sentido de vinculação à prática infracional como trajetória advinda da morte da sua avó, quando sua vida parece ter perdido o sentido e o mesmo relata parecer ter *esquecido de tudo* que lhe fora ensinado. Foi pela morte da avó que não fez mais sentido querer terminar seus estudos para “ser alguém na vida”, já que esta identidade era reposta por sua avó. Aqui demonstra uma identidade não reflexiva, sendo apenas uma reprodução de si, num processo de mesmice de si mesmo. Quando se apoia neste sentido de narrativa, a entrada no mundo infracional não se revela tão espontânea assim, mas talvez uma busca, até mesmo, de um novo sentido para sua vida.

No que se refere à grafia do termo *trabalhar* também entre aspas, a opção deste se deu pelo fato do tráfico de drogas ter como ***sentido de trabalho*** para o jovem-que-estuda. Este relata que insistia com o traficante para o mesmo deixá-lo “trabalhar”: “*aí, eu toda hora eu ficava lá, perturbando ele, não sei o que, aí foi na hora que me botou pra trabalhar*”.

Outrossim, apreende o ato infracional com o ***sentido de adrenalina***, o que de certo modo revela uma potência de vida, de superação, de enfrentamento do perigo e de experimentar momentos de grande excitação “*pegava correria dos ômi, os ômi tacando bala em cima de mim (pausa) queria me sair entendeu pra não me pegar com nada, queria saber de adrenalina mermo*”.

Estes sentidos também conectados – curiosidade, adesão espontânea, trabalho, adrenalina -, remetem a um sentido de identidade, ou ***sentido de ter uma identidade de bandido***, “*depois que o cara vê que os ômi tão tudo atrás do cara, correndo, tu se sente, pra mim eu me sentia assim, bandido, entendeu?*”. Tal sentido se confirma quando, durante sua narrativa, o jovem relata que houve momento em sua história que se identificava e pensava: “*quero ser igual àquele cara ali bandido*”. Demonstra uma tentativa de saída da posição de mesmice para mesmidade através de uma identificação com uma vida que gostaria de ter, termos utilizados por Ciampa (2001), a qual o sujeito vive um processo de não transformação na mesmice e, na mesmidade, de mudança de pensamento e comportamento. Sai da identidade de estudante para a identidade de bandido.

O sentido de adrenalina remete a um outro sentido, a saber, o *sentido de sobrevivência*, onde mesmo considerando estar fazendo coisas erradas, não podia pensar em mais nada além de pegar o dinheiro e sair, pois poderia morrer ou ser preso:

Sabendo que eu tava fazendo coisa errada, tá entendendo? Ne, ne, nessa hora o cara não quer saber de nada não, só quer saber de trazer o dinheiro, sabendo que tá risco de pega um tiro da polícia, sabendo que, que vai, que a qualquer momento o cara ele pode morrer, tá entendendo?

Compreender os sentidos de modo complexo permite apreender as contradições que estes abrigam. Na narrativa do Jovem-que-estuda, a mesmo tempo em que o ato infracional abrigava todos os sentidos acima mencionados e forte identificação com o crime, este também experienciava simultaneamente, um sentimento de culpa, pensando sobre o que estava fazendo: “*Duia em mim, entendeu? Coração falava: Caralho! O pessoal trabalhava e eu robava os outros, assim, aquilo lá, me duia em mim, entendeu?*”.

No contexto narrativo, este sentido não surgiu a posteriori, ou seja, após decorrido período maior entre o ato infracional e o arrependimento. Segundo o jovem, a culpa era concomitante, o que torna bastante complexa e numa perspectiva de rede, não linear, a compreensão dos sentidos. De modo semelhante, lembrava quando usava droga, mas logo em seguida tinha que esquecer, tinha porque talvez funcionasse como forma de defesa, de autopreservação da identidade que assumia de bandido, caso contrário não haveria mais sentido para tal, “*o cara drogado, só naquela hora que ele se lembra, depois passa já fiz, já fiz mermo já era, já tá feito, mas doía em mim, entendeu?*”.

O ato infracional passa acionar culpa e reflexão, pois se vincula ao sentido de ‘coisas erradas’, coisas indevidas, feitas contra pessoas que não deveriam sofrer tais ações. Assim, identifica-se o *sentido de risco*, “*risco de eu matar uma mulher, risco de eu matar um homem*”. Este risco se atrela ao *sentido de se colocar no lugar do outro*, à medida em que vai se colocando numa postura mais reflexiva, consegue avançar e ser empático ao outro “*ficava pensando mermo, ou pô, poderia ser também minha mãe, tá naquele local, assim não sendo eu, otas pessoas, entendeu? O mesmo que eu fiz com a mulher lá, podia ser minha mãe, alguém da família minha, entendeu? Passando pela aquilo*”.

Rossetti-Ferreira (2004) compreende que a contradição, o conflito ou a oposição são inerentes ao processo de desenvolvimento. Esta contradição é possível pela *dialogia* de diversos sentidos possíveis sobre o mesmo fenômeno. Desta forma, o ato infracional deixa de ser só desejo, curiosidade, adrenalina para se tornar risco ou algo que não correto.

Como episódio significativo de sua narrativa, o jovem-que-estuda descreve como foi sua primeira captura:

amarrando droga, distraído mermo, aí: pá pá pá. Amarrando de grama, pô agente vai ganhar dinheiro e tal, éee duzentos e cinquenta grama de pasta (pausa) aí pá amarrando mermo, aí foi nessa hora que a polícia bateu lá na porta: Pá! Policia! Aí nessa hora, eles fugiu entendeu? Fugiu [...] Negão, o dono da droga e o rapaz que tava bolando com nós, aí ficou na casa só eu, o meu irmão e minha prima[...] só que o meu irmão ele, [...] desceu só pra pegar uma farda [...] Que ele ia po colégio, aí foi nessa hora quando ele entrou pra pegar a farda, foi nessa hora que os home entrou: Pus! Tava no meio também né, foi todo mundo, essa daí foi minha primeira cana que eu fui preso.

Neste ponto da entrevista é que o jovem começa a ressignificar os eventos de sua trajetória, suas ideias e seu comportamento, depois da experiência de ser apreendido pela primeira vez, por tráfico de drogas, o que parece ter ocorrido, ainda que de modo confuso em sua narrativa, por volta de quinze anos “*só que depois quando eu fui preso (pausa), aí eu parei pra pensar que não era assim (pausa curta)*”. Mais uma vez o jovem se remete a figura da avó/mãe, aqui também configurando como ponto importante para essa nova rede de significação:

Se a minha avó tivesse viva hoje, eu não tava na vida que eu levei, já tinha terminado meus estudo, já tava numa faculdade (pausa), tá me entendendo? Mudei muito quando a minha avó faleceu, e só era ela, porque só era ela que tava ali, entendeu? No meu pé, tava direto mermo, depois quando ela faleceu parece que (pausa) eu esqueci de tudo, entendeu?

Sobre a sensação de estar sendo preso relata que pensou:

meu Deus, que que eu to fazendo aqui? No meu pensamento. Só que ao mermo tempo eu me arrependia e ao mermo tempo não porque já tava com pensamento sei que nessa vida o cara pode ser preso, pode ser morto, tá entendendo? Só que veio, veio preso entendeu? Sensação de pô os ômi me pegaram.

Neste ponto, demonstra claramente a dicotomia do pensamento, as possibilidades desta vida de infrator, “cadeia ou caixão”, por um lado arrependido pela vida que estava levando, talvez por ser diferente pela projetada pela avó e, por outro, tendo uma postura compreensiva por entender que este é um possível destino para quem leva essa vida que buscou e de identificou.

Todavia, introduz outra possibilidade, outro pensar, de que “*nessa vida o cara não pensa não, só quer saber de ganhar dinheiro, ganhar dinheiro, comprar arma, comprar droga, gastar com mulher, ir pro forró, tá entendendo? [...] só vai pensar depois quando, quando já tá tipo assim a salada, entendeu?*”. Aqui demonstra sobre que base de sentido estava organizada a vida para o jovem: saber o gosto/curiosidade, dinheiro fácil, não deveria ser conhecido, destruição, perda da infância, trabalho, adrenalina, identidade de bandido, sobrevivência, risco e se colocar no lugar do outro. Em termos de ações, sintetizava-se em ganhar dinheiro, comprar arma, drogas, gastar com mulher e forró. Tais sentidos, fortemente vinculados à identidade de infrator, constituem um

emaranhado numa rede de significação própria e com códigos de convivência singular. Neste emaranhado, sentidos conflitantes também são relatados, contudo a preocupação era desvincular-se dos pensamentos divergentes: *“se o cara ficar pensando aí eles fala: Pô, esse bicho tá vendendo droga, tá pensando em polícia e tal, esquece isso mano! Deixa rolar, entendeu? Aí se não fala que o cara que tá quebrando as forças”*. O jovem relatou que se demonstrasse receio, era mau visto pelo grupo.

Decca (2002), relata sobre grupos de pertencimento, identificação com grupos, percebemos a identidade grupal do jovem, seus símbolos e valores, o qual não podiam pensar em polícia ou receosos de se cometer um crime, caso contrário, era visto de forma negativa, como se não estivesse mais em acordo com o grupo.

Mesmo nas ocasiões em que o jovem conseguia se desvencilhar do “código de conduta” que o impedia de um pensamento conflitante com o ato infracional, conta que a influência do dinheiro se sobressaia, *“Aí, eu tava sabendo que eu tava me prejudicando, entendeu? Só que é isso que tô te falando, entendeu? É a (in)fluência do dinheiro (pausa curta), tá entendendo? Cara não pensa nada não, só que saber de ganhar dinheiro e luxar, sair pro forró, gastar com mulher”*.

Apesar da aparente rigidez e cristalização desta identidade infratora, a narrativa do jovem demonstra que diante de pessoas como seu avô/pai e sua namorada, pessoas significativas para ele, este procurava negá-la por ocasião em que os vizinhos comentavam sobre sua vinculação com o tráfico:

(fala atribuída ao vizinho) “Olha, o menino-que-estuda tava vendendo isso e aquilo”
Ele (o pai/avô) chegou a falar pra mim: “Menino-que-estuda, pára com isso!”
Só que eu tipo assim, eu (...) falava: Não pai, não to nessa vida não tal, num tô vendendo isso não, jamais!
Entendeu? Ao mermo tempo por trás eu tava traficando, entendeu?”

Observa-se no relato que esta identidade ainda não era completamente assumida pelo mesmo, principalmente diante de sua figura de referência de pai. Todavia, esta identidade acaba sendo descoberta *“aí foi na hora que eu fui preso, aí (meu avô/pai) foi lá: Falei pra ti?! Quê que eu te falei?! (pausa curta) Só que mermo jeito ele falava, ele ia lá visitar nós, levava isso, levava aquilo (pausa), tá entendendo?”*. Nesse momento de sua trajetória, seu avô/pai já não surge na narrativa como tendo uma postura negligente. Segundo o jovem, este indagou sobre boatos, foi visitá-lo e não o abandonou, tendo um papel de proteção e orientação. Ainda assim, não atribui o mesmo sentido de importância que conferia à figura da avó/mãe.

Sobre sua primeira medida socioeducativa, *“eu era primário, nunca tinha passado, aí eu peguei liberdade assistida, eu cumpria eu, pagava aqui em cima na praça, é duas vezes por semana”*. Ao que demonstra, durante a medida não cometeu outros atos infracionais, parecendo a medida estar fazendo algum sentido diferenciado, talvez o de pagar *“tudo o que deve”*. Entretanto, ao fim, parece que o sentido acaba, já que cumpriu a medida e ressignifica de outra forma, a partir de novos arranjos, novas amizades *“aí eu paguei tudinho, aí depois eu vi: Égua já paguei tudinho! Aí eu voltei de novo, entendeu? Só que eu não voltei mais pro tráfico, já voltei pro negócio de assalto que fui conhecendo outros cara, aí me convidaram pra ir”*. A priori, nega o convite do assalto, pois gerou estranheza, afinal, nunca havia feito aquilo. E, mais uma vez, remete a ideia de que ninguém colocou arma em sua cabeça, tendo aderido voluntariamente: *“eu vou então! Na hora que eu fui aí peguei o gosto de robar mermo, todo dia tava robando, foi um certo ponto tava demais mermo!”*. Encontra assim, um novo sentido para sua vida: roubar, que mesmo sendo conduta descrita como ato infracional como o tráfico, possui sentido diferenciado. Neste momento, parece ter assumido outra identidade de infrator, *“voltei porque eu quis mermo, eu já tinha pegado o gosto”*.

Neste entretempo, revela que passou pela segunda apreensão: *“aí a segunda, que eu fui pego com droga, que eu ia jogar droga pro cara lá na Sete (presídio)”*, *“aí foi nessa hora que os ômi me pegaram lá na frente”*. Desta feita, foge da delegacia, assumindo a identidade de foragido.

Sua terceira detenção, *“foi pelo assalto, roubo de drogaria e de posto de gasolina, onde que nós via mermo que tinha futuro nós emburacava, cada um com a sua arma, queria saber de dinheiro mermo”*. Quando chegou à delegacia, souberam que estava foragido e o levaram à internação provisória, sob argumento de que o mesmo era perigoso. Em seguida foi encaminhado à uma unidade de internação, vindo a cumprir medida socioeducativa de um ano em meio em regime fechado. Neste período aparenta ter feito novos processos de significação, pois declara ter saído com *“já sai com outros pensamentos, aí desde aí nunca mais (pausa) aí saí num vendi mais droga (pausa)”*.

É na medida de internação que retoma seus estudos e se vê novamente numa sala de aula, estudando e fazendo provas, narrando que ali tinha uma boa relação com os professores e monitores. Destaca como significativo durante a medida sua participação no Projeto de Canto Coral em parceria com a Universidade Federal do Amazonas *“aí eu já fui gostando mermo e (pausa) esperava pelo esse dia, quarta-feira, já ficava agoniado pra sair, pra ir lá com (a equipe), trocar uma ideia, vocês traze coisa, coisas boas pra nós, pra mim foi, a melhor parte foi essa daí”*.

Quanto ao sentido que atribui ao Projeto, verbaliza que através do mesmo sentiu-se a necessidade de ser acompanhado, apoiado, aconselhado:

Assim porque vocês tavam ali assim, acompanha nós, dava conselho, assim poxa: Quando vocês saí daqui, lá fora vocês, lá fora nós vamo acompanha vocês. Assim porque aqui fora eu não tinha ninguém assim pra me acompanha, entendeu? Assim tal liga pra procura saber: E aí, [...] como é que tu tá? Entendeu? Isso pra mim foi uma maravilha mermo. Vocês me acompanhando, me dando a força, me dando apoio, quando eu saí eu até fiquei naquela: Poxa! Eu num vou, num vou liga pra essas mininas não! Tu é doído é, eu lá dentro lá. Tu acha que elas vão querer me aceitar só porque tô lá dentro. Isso só era ali dentro mermo. Aí que nada eu vou ligá!

O jovem-que-estuda teve receio de ser aceito, fora da unidade socioeducativa pela equipe do Projeto, o que lhe causou inicialmente dúvida e, em seguida, muita surpresa ao constatar que o acompanhamento por parte da equipe continuaria ocorrendo:

(será) que lá fora lá esses pessoal aí vão ajudar nós, ou só é aqui dentro mermo, sabendo que nós é do crime, sabendo que nós erramo, sabendo que nós faiz isso e aquilo. Tu acha que elas vão querer aceitar nós. Assim entendeu? Eu ficava naquela eu. Ou só é isso que eles tão falando mermo, só por fala. Foi a hora que eu liguei pra ela ó: Professora! [...]. Quando eu liguei: Sério, [...] tu tá aonde? To aqui em casa fessora! Até ela veio aí nesse dia! Eu falei: realmente mermo!

Todavia, essa ressignificação se fragiliza quando o jovem-que-estuda se sente só, retomando como sentido o ato infracional “*quando eu (pausa) eu vi que eu não tinha ninguém né, depois que eu voltei de novo a traficar*”, “*porque naqueles tempos não tinha ninguém pra me acompanhar (pausa) aquele acompanhamento que eu te falei que era minha vó*”.

Como forma de compreensão do que ocorreu para que seus planos de levar uma vida diferente quando saísse da medida de internação, alega que tinha outros pensamentos por ter conhecido pessoas diferentes enquanto cumpria a medida “*eles num falavam as coisas, boas só falavam: Pô lá fora umbora trabalha, umbora roba, umbora trafica. [...] Ali dentro se o cara só aprende isso mermo [...] Num fala: Porra mano! Quando sair daqui procura estudar! Não só falo sobre faculdade mermo! Faculdade do crime*”

Foi preso pela quarta vez por tráfico de drogas aos dezenove anos de idade, quando relata pela primeira vez ter ido pra uma instituição pros “*de maior*”. Outra vez estabelece uma rede de significação diferenciada ao sair do presídio, com novos pares sendo incorporados, “*aí já fui conhecendo outras pessoas, quando eu saí da de maior, aí desde aí até hoje, num vendo mais, num roubo, graças a Deus, voltei a estudar, vocês me ajudando*”. Restabelece seu projeto de vida inicial, e de sua avó, os estudos. E demonstra, novamente, a necessidade de estar sendo acompanhado, da importância de se ter pessoas significativas na sua vida, servindo como tutores de resiliência.

Quanto ao uso de drogas, a implicação desta em sua vida parece ter vários momentos, uma vez que é difícil precisar em sua narrativa quando se deu o primeiro contato. Apesar de relatar que usou maconha pela primeira vez em torno dos dezessete anos, em outro momento diz que começou a traficar em torno de doze ou treze anos, não deixando claro sua experiência como usuário. Agora se referindo ao uso, outra vez remete ao ato como escolha sua, pois ninguém havia “colocado arma na sua cabeça” para experimentar. Quanto a sensação ao uso da maconha explicita como se sentia:

O cara sóóó... fica naquela hora mermo, assim chapado, como o pessoal fala, só naquele momento, aí depois quando acaba aí vem (pausa curta), aí vem assim, o cara quer usar mais, não tem dinheiro aí começa a roubar, a roubar pros outros, tá entendendo? Pra conseguir (pausa curta) a droga tá entendendo? Mas só que eu não era assim não, porque eu traficava, entendeu? Todo dia tinha pra mim, todo dia, eu vendia aí o cara lá que eu trabalhava pra ele, ele tinha, aí eu mermo chegava com ele e: ah me dá um pouco aí pra mim usar, e tal. Aí ele mermo chegava e pega.

Desta forma, mais um sentido se revela, *sentido de proporcionar o uso de drogas*, visto que mencionou que como traficava (ato infracional) não precisaria roubar (outro ato infracional) para obter a droga, ou como era traficante o seu “chefe” também lhe oferecia ou pedia do mesmo. Narra, igualmente, ter usado “pasta”, explica do que se trata, *“pasta já é outra droga que se mistura com cigarro, mistura com maconha, já dá outra sensação, entendeu?”*. Contudo, esta já não proporciona a mesma sensação da maconha, de *“chapado”*, nesta *“te deixa (pausa) mei mole, aí no outro dia tu não tem disposição pra nada, aí acorda quer de novo, o cara não tem disposição pra nada, ta entendendo?”*. Por estar indisposto criava uma escusa para não trabalhar, tendo como concepção da droga de que *“comia seus neurônios”*, *“mas que nada, já era a droga que já tava já comendo meus neurônio”*.

Acerca dos amigos, considera que a maioria das pessoas que conhecia não considerava como seus amigos, porque só o chamavam para usar droga e roubar, *“Amigo, naqueles tempo que eu tinha amigo, pra mim não era amigo não, amigo chamava o cara pra usar droga, chamava o cara pra robar, fazer tudo que não presta, entendeu?”*. E, que na verdade, eram seus conhecidos e vizinhos que faziam o papel que consideraria de amigo, o alertando. *“Pô, para com isso! Alguns chegavam, mas não era assim, assim meu amigo, entendeu? Assim conhecia eu de vista, falavam pra mim, que essa vida não era pra mim”*. No entanto, não era tão significativo, pois não os considerava como amigos. Embora quando faziam menção à sua avó e à sua mudança desde a morte desta, era muito significativo e sofrido para ele *“Quando a tua avó era viva tu não era assim! Só foi a tua avó falecer que tu mudou teu caráter! Tá entendendo? Que aquilo lá duia em mim, só que eu não queria saber de nada, tô te falando, que era o negócio de droga, tá entendendo? Influência”*. Sofria com o que era dito, mas não dava conta, naquele instante, de tentar outras

possibilidades ou de ser diferente, estava no processo de mesmice de identidade. Quando entra no processo de mudança, metamorfose da identidade, este processo é reconhecido pelos pares,:

agora os pessoal uma hora chega comigo: Pô, [...] tu mudou pa porra depois que tu fui preso de maior, não te vejo mais assim pela bera de esquina, não te vejo mais coisando, entendeu? Já vi os outro fala assim: Pô, [...] estuda, caba o teu estudo! Pra te ser alguma coisa.

O jovem passa a se reconhecer de forma diferente também, além de recuperar a imagem que aparentava para seus amigos antes da morte da avó, “*falei poxa, realmente! Eu mudei, eu! O pessoal assim falando altas coisas. Tá estudando, tô gostando de vê! Tá estudando, voltou a estudar! Parou com isso, parou de usar droga, foi uma solução que tu fez aí, beleza!*”.

Quando perguntado sobre pessoas significativas na sua vida, recordou-se de uma vizinha que quis adotá-lo após a morte da sua avó. E atribuí a esta oportunidade uma possibilidade de ter terminado seus estudos:

tinha uma mulher ali, quando eu era pequeno, ela queria me adotar (pausa) só que eu falava não, não sei o que. Mas só que a minha vó já era, já era, tinha falecido já. Hoje em dia, se eu tivesse com ela, hoje em dia ela falou que eu já tinha terminado meu estudo

A respeito da sua vida amorosa, o ato infracional toma um **sentido de rejeição**, não pôde namorar a primeira menina de quem gostou porque a mãe dela não o aceitava: “*a mãe dela não aceitava eu porque (...) já sabia que eu era isso, que eu era aquilo, que eu fui preso*”. Traz o peso do estigma (GOFFMAN, 2008), termo criado pelos gregos para aludir a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar algo de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem o possuía. Posição divergente experienciou com a mãe de sua filha, com a qual manteve uma união estável: “*a mãe dela chegou falando que a filha dela gostava de mim, aí a mãe veio aí, aí eu conheci a mãe dela, depois duns dia aí, o pai dela queria me conhecer aí eu fui lá*”.

Diante dos sentidos atribuídos ao ato infracional, as significações feitas a partir das experiências e das relações que estabeleceu, começa a significar a vida de outra forma e compreender o ato infracional de outra forma, com o **sentido de essa vida não é para mim**: “*Realmente essa vida não é pra mim mais não, essa vida aí! A minha infância a maioria foi tudo preso, minha infância num (pausa) de mermo num (pausa curta) foi preso mermo minha infância*”. Além disso, significa também a partir da experiência de ser pai, “*cheguei a ver a (namorada) grávida, mas só que eu vi, eu tinha ido preso, quando era de maior, aí só quando eu vi ela lá grávida mermo eu falei: É mano, realmente essa vida não é pra mim não*”.

Esta mudança de atitude nos remete ao que González Rey (2005) remonta sobre produção de *sentidos subjetivos*, o ato infracional estava naturalizado na vida do jovem-que-estuda, inclusive quando cometia assaltos, o que até então não era socialmente aceito por ele, contudo com sua institucionalização, naturalizou-se, virando sua realidade de vida e que, só foi transformada a partir de uma ação crítica e diferenciada com o outro na mesma realidade.

Assim, as médias socioeducativas, os sujeitos presentes na sua trajetória de vida, tanto antes da medida, quanto depois e, principalmente, a descoberta de ser pai contribuíram para que atribuísse um *sentido subjetivo* diferenciado sob a ótica do ato infracional.

Parece que não quer ver sua história repetida com sua filha, “*eu penso é hoje em dia, cuidar da minha filha [...] Num presta deixa filha criar com vó e com pai (avô) não porque quem foi que fez foi eu e a (namorada), entendeu?*”. O que fortalece seu projeto de vida:

quando eu cheguei na de maior, eu falei: Égua meus deus, já passei, já passei por tudo de menor, já passei por isso, já passei por isso, agora tô puxando uma cadeia, tu é doido isso aqui não é pra mim mais não, aí comecei a pensar na minha filha, poxa tu é doido meu deus, já puxei tudo que de menor agora eu tô puxando uma cadeia, minha filha vai crescer aí, vai nascer, quero essa vida mais não (pausa) botei na minha cabeça que ia volta a estudar aí consegui um trabalho (pausa longa), voltei mesmo a estudar.

Nota-se que o ato infracional toma sentidos diferentes, por assim dizer, “mais negativos” que vão fortalecendo a ideia de que “essa vida não é para mim”, fenômeno observado com as novas relações feitas e momentos mais reflexivos de sua vida, como em medida de internação ou nascimento da filha, ou seja, com novos arranjos da rede de significações que o rodeava. Assim, o *sentido de morte* ecoa “*a maioria daqueles tempo que eu traficava, que eu roubava, a maioria, a maioria dos meu colega tudo morreram, o que me dava droga morreu, o que roubava comigo, dois faleceu, dois morreu (pausa)*”.

Relata que atualmente tem o ato infracional com um *sentido de exemplo*, “*pra mim foi um exemplo, foi um exemplo pra mim que eu passei por tantas coisas já robei, já trafiquei, já usei drogas, pra mim isso aí agora é passado, hoje em dia botar a cabeça no lugar*”. E começa a se colocar numa posição diferente, de apoiador e conselheiro para os que estão no tráfico, mesmo que não seja levado a sério pelos colegas “*hoje em dia quando eu passo lá em baixo eu falo pra eles: Mano isso aí não é vida não mano, já passei por isso. Mano, eles falam bem assim, tiram é onda: Teu passado já passou [...], agora é nós!*”.

Observa-se que os sentidos do ato infracional vão se desenhando de outra forma, com significações próprias de sua vivência, experiências que atribuí como sendo negativas e positivas,

da mesma forma a vida ganha sentidos diferenciados, ganha o seu dinheiro de forma honesta e pode dormir tranquilo, sem medo de ser preso:

Vida é trabalhar mermo, suar, ver dinheiro suado na minha mão, dinheiro abençoado mermo, sabendo que não é dinheiro de tráfico, nem de assalto do meu suor mermo (pausa) isso pra mim éee (pausa) ver dinheiro honesto, digno aí é pouco, mas é abençoado, e tu não fica, hoje em dia, de primeiro eu nem dormia, só dormia mermo assustado. Sabendo que os 'ômi', podiam invadir aí em casa, podendo me matar, hoje em dia não, hoje em dia quando eu vou dormi eu oro, durmo tranquilo, acordo tranquilo, ninguém vem aqui atrás de mim pra comprar droga, a vida mudou muito hoje em dia.

Sobre seus sonhos para o futuro, deseja que seu irmão saía do presídio, já que o mesmo cumpre pena por tráfico de drogas em outro estado, terminar seus estudos e fazer faculdade de educação física, ter um emprego melhor e reconstruir sua família *“que deus trouxesse minha mulher de volta, pra ficar firme e forte mermo, volta com a minha filha, pra nós volta a morar junto de novo, criar nossa filha”*.

A *metáfora da rede* (ROSSETTI-FERREIRA, AMORIM & SILVA, 2004) é essencial para compreendermos como o ato infracional teve múltiplas configurações ao longo da trajetória de vida deste jovem. Foi possível perceber que sentidos foram dados de formas distintas, conforme seu *contexto, as dimensões temporais e os campos interativos* vivenciados. Após a morte de sua avó/mãe o ato infracional começa a fazer sentido na vida do JQE, inicia como uma curiosidade, depois modo de ter dinheiro fácil, uma forma de trabalho, proporcionar drogas, ter uma identidade de bandido, sendo assim assimilado pela rede que o envolvia. Com a medida socioeducativa, novos sujeitos relacionais interagem com o mesmo, tendo a rede que ser reconfigurada e seus sentidos vão se modificando paulatinamente. O ato infracional passa a ter um sentido de perda de infância, destruição, que não era para ser conhecido, possibilidade de morte e uma vida que não é para si, tais sentidos só puderam ser apreendidos a partir de novos elementos que emergiram na sua vida, como a possibilidade de ser pai.

Diante de toda narrativa da história de vida foi possível perceber a Rede de Significações compreendida por Furlan (2004), que representa todos os sentidos que compõem um mundo para o JQE, onde cada sentido foi determinado e possível através das relações que foram estabelecidas. Percebemos sua constante mudança de sentido, num plano representacional de existência.

Os vínculos afetivos, ou pessoas significativas, demonstraram-se imbricados em todo o momento dos processos de construção e reconstrução dos sentidos, visto que agregaram novos valores e vivência, proporcionando uma visão de mundo diferenciada.

Mais que isso, notou-se que ocorreram situações chaves que marcam a trajetória deste jovem, fenômenos que foram deveras significativos, mas que, contudo, não limitam cabalmente o universo de sentidos em torno do ato infracional, fato que é compreendido observando as relações do jovem em todas as configurações narradas.

Observou-se que no processo de produção de sentido, as relações com as instituições - escola, centro socioeducativo e presídio -, também são incorporadas, de modo mais efetivo ou por sua ineficácia. As relações com a instituição escolar e instituição penal, sobretudo, demonstraram-se fragilizadas. As narrativas indicam que nestes contextos, os jovens eram apenas mais um número no contingente dos que ali se encontravam. Suas subjetividades ou unicidade não foram abarcadas, apenas tiveram uma passagem por elas, mas sem muito significado. O aprofundamento da compreensão de que durante a medida socioeducativa, a instituição não é lembrada como agregadora. Ao contrário, indica fortalecer a identidade infratora, visto que nelas conhecem e reconhecem nos outros internos, experiências, vivências e sentidos relacionados ao mundo infracional. A escola não era para este atrativa na infância, mesmo para o jovem-que-estuda, uma vez que sua identidade de estudante provinha muito mais da relação que estabelecia com sua avó. É somente na vida adulta e depois de vivências diversas, incluindo o contato com a escola na privação de liberdade, que esta ganha um sentido: sentido de meio, meio pelo qual poderão conseguir melhor qualificação de trabalho, reconhecimento social e mesmo uma formação em nível superior.

As vivências que incluem a participação de diversos componentes contextuais - rotinas, figuras/pessoas significativas, códigos, papéis -, surgem como ponte para novas conexões de sentido, sendo possível, através destas, um olhar capaz de romper com o determinismo e fatalismo atrelado à vida desses jovens, por meio da construção de novas identidades, trajetórias de vida que possam ir além dos destinos de “cadeia ou caixão” ou “matar ou morrer”.

Em relação às identidades vivenciadas, o jovem-que-estuda apresentou-se a si próprio do seguinte modo, em sua narrativa: filho, neto, abandonado, bandido, usuário de droga, estudante, pai, protegido, vítima, sobrevivente, filho de presidiária, humilhado, curioso, experimentador, não-trabalhador, mentiroso, rejeitado, foragido, perigoso.

Tabela 1 – Síntese dos sentidos apresentados na história narrativa do Jovem-que-estuda

Sentidos do Ato Infracional	Discurso
Saber o gosto/Curiosidade	<i>“Eu vi aquele movimento dele (traficante) lá, ganhava dinheiro, direto dinheiro na mão dele, aí eu queria assim, eu queria ver qual era o gosto”</i>
Dinheiro Fácil	<i>“eu quero também entra nessa vida, também quero dinheiro fácil”</i>
Trabalho	<i>“Aí eu toda hora eu ficava lá, perturbando ele, não sei o que, aí foi na hora que me botou pra trabalhar”</i>
Que não era para ser conhecido	<i>“aí desde aí (quando começou a traficar) já fui conhecendo as coisas que num era pra me conhecer”</i>
Identidade de bandido	<i>“depois que o cara vê que os ômi tão tudo atrás do cara, correndo, tu se sente, pra mim eu me sentia assim, bandido”</i> <i>“Quero ser igual aquele cara ali bandido”</i>
“Adrenalina”	<i>“queria saber de adrenalina mermo”</i>
Perda da infância	<i>“só que depois quando eu vi né a minha infância não deu foi é nada”</i>
Só destruição	<i>“só destruição na minha vida, eu fiquei preso (pausa) eu não ganhei nada, só destruição mermo”</i>
Proporcionar o uso de drogas	<i>“Mas só que eu não era assim não, porque eu traficava, entendeu? Todo dia tinha pra mim, todo dia, eu vendia aí o cara lá que eu trabalhava pra ele, ele tinha, aí eu mermo chegava com ele e: ah me dá um pouco aí pra mim usar, e tal. Aí ele mermo chegava e pega.”</i>
Sobrevivência	<i>“Sabendo que eu tava fazendo coisa errada, ta entendendo? Ne, ne, nessa hora o cara não quer saber de nada não, só quer saber de trazer o dinheiro, sabendo que tá risco de pega um tiro da polícia, sabendo que, que vai, que a qualquer momento o cara ele pode morrer, tá entendendo?”</i>
Risco	<i>“risco de eu matar uma mulher, risco de eu mata um home”</i>
Se colocar no lugar do	<i>“poderia ser também minha mãe, tá naquele local, assim não sendo eu,</i>

outro	<i>otas pessoas entendeu? O mesmo que eu fiz com a mulher lá, podia ser minha mãe, alguém da família minha entendeu? Passando pela aquilo”</i>
Rejeição	<i>“a mãe dela não aceitava eu. Porque a mãe dela já sabia que eu era isso, que eu era aquilo, que eu fui preso”</i>
Essa vida não é para mim	<i>“Realmente essa vida não é pra mim mais não, essa vida aí! A minha infância a maioria foi tudo preso, minha infância num (pausa) de mermo num (pausa curta) foi preso mermo minha infância”</i>
Morte	<i>“a maioria daqueles tempo que eu traficava, que eu robava, a maioria, a maioria dos meu colega tudo morreram, o que me dava droga morreu, o que robava comigo, dois faleceu, dois morreu (pausa)”</i>
Exemplo	<i>“ pra mim foi um exemplo, foi um exemplo pra mim que eu passei por tantas coisas já roubei, já trafiquei, já usei drogas, pra mim isso aí agora é passado, hoje em dia botar a cabeça no lugar”</i>

CAPÍTULO 5

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sentidos atribuídos ao ato infracional apresentados pelos jovem-que-estuda incorporam: saber o gosto/curiosidade; dinheiro fácil; trabalho; que não era para ser conhecido; identidade de bandido; adrenalina; perda da infância; só destruição; proporcionar o uso de drogas; sobrevivência; risco; se colocar no lugar do outro; rejeição; essa vida não é para mim; morte; exemplo. A construção narrativa apresentada pelo jovem-que-estuda, nos apresenta os movimentos e registros que, organizados subjetivamente, apontam para os sentidos que os atos infracionais – desde os primeiros eventos – ocupou na sua vida.

A narrativa revela em que momento se encontrava e como os sentidos foram se encadeando para que fosse criada uma rede de significação própria. Percebemos que o modo como o desenvolvimento se dava dependia da variação e dos significados que emergiram, ligados a interação dos sujeitos e o meio, no seu contexto específico. Exemplificados na experiência diferenciada com o ato infracional, o jovem-que-estuda se relaciona com o ato infracional a partir de sentidos divergentes, distinguindo-os em categorias de tráfico e roubo de modo distinto, sendo a um atribuído o sentido de trabalho, e o outro de experiência com elevado grau de excitação.

Os campos interativos nos quais os sentidos foram construídos indicam que estes ocorriam atrelados à necessidade de vinculação dos jovens. Nestas interações, eles desenvolviam múltiplos papéis possíveis de serem apreendidos e transformados a partir das suas experiências pessoais e dentro de processos situados, remontando a ideia de ser único.

O desenvolvimento da pessoa está situado em contextos, estes possuem uma noção de meio como instrumento e recurso para que ocorra sua transformação. Em momentos distintos, o jovem relata a ocorrência destes processos, inclusive quando em cumprimento da medida de internação. As experiências relatadas parecem ter servido de contexto para uma percepção nova quanto ao ato infracional, uma percepção mais real do mesmo, e menos fantasiosa de que não seriam presos. Mediado por tais interações contextuais, o ato infracional ocupa um sentido mais negativo, indesejável, conduta com a qual tendem a não se identificar, ainda que, essa identificação tenha sido narrada por eles de diversos modos, a exemplo do compartilhamento e submissão aos códigos

próprios da cultura prisional, comportamento visto como necessário à sobrevivência naquelas circunstâncias.

A busca por tentar compreender os sentidos em rede, a partir das narrativas apresentadas, tentou dar conta das múltiplas articulações, apreendendo a complexidade em que os sujeitos e seus processos situavam-se, tal qual propõem os autores vinculados à RedSig, a qual constituiu uma referência teórico-conceitual ao presente estudo. Dessa forma, compreende-se que a análise foi enriquecida, aprofundando-se em sua história de vida para compreender de que forma os sentidos foram sendo criados e significados a partir de sua vivência.

Acredita-se que os objetivos propostos no estudo foram alcançados, sendo possível compreender, em medida exequível, como estes sentidos surgiram, de que forma foram agregados e como foram se ressignificando. Percebeu-se que, efetivamente, os sentidos foram adquirindo formas, a partir das dimensões temporais, de contextos e campos interativos com o meio e com os pares. A cada experiência positiva com o ato infracional, fortalecia-se o conceito de que se estaria trilhando um caminho promissor. Entretanto, ao se depararem com a medida de internação, e principalmente com a experiência prisional, percebe-se que os sentidos se ressignificam e começam a se configurar de uma forma negativa, gerando interesse de evitação a outros episódios. Os novos campos reacionais também se modificam o que dá ênfase a uma ideia de mudança de trajetória de vida.

Em suma, o intuito da pesquisa não seria justificar o ato infracional por conta da história de vida dos jovens. Ao contrário, buscou-se demonstrar que existem vários caminhos possíveis e que não necessariamente se tenha o mesmo objetivo ou sentido ao se cometer um ato infracional. Que este tem um significado muito subjetivo para cada sujeito. O ato infracional aparece como caminho possível em vários momentos de suas trajetórias, ainda que não sendo necessariamente o único curso disponível, o que foi demonstrado ao longo e diante do contexto que se apresentava. Significativo é compreender que é no processo que inclui o movimento, a inserção em variados contextos, que novos sentidos vão emergindo, a partir das novas experiências e pares relacionais, constituindo redes ou teias mais complexas e variadas, portanto mais ricas, de possibilidades de atribuição de sentido e de organização identitária.

A pergunta seria, de que modo é possível mudar ou contribuir para a mudança de *contextos*? Como contribuir para que ocorra *circunscrições de possibilidades*? Como o *campo interativo relacional* pode ser modificado nas *múltiplas dimensões temporais*? Este é o grande desafio dos pesquisadores sobre adolescência e ato infracional, para os operadores do sistema socioeducativo e

sociedade. O que se espera é que o estudo tenha contribuído para pensar e rever a forma de ver o adolescente autor de ato infracional, compreendendo que a infração tem um *contexto, interativo e temporal*, o qual circunscreve suas possibilidades de ser no mundo.

Para que a medida socioeducativa tenha realmente efetividade se faz necessário repensar a relação adolescente/equipe técnica/monitores/sociedade pois o que se vê hoje é um grande abismo entre estes atores. Se a medida possuir apenas o caráter punitivo, pouco provável que consiga ressignificar o sentido de vida para o adolescente. Ou que este consiga exercer um protagonismo de sua vida, de forma autonomia.

É preciso que a medida tenha um caráter de restabelecer os vínculos familiares, a retomada de seus direitos quanto o acesso a escola, a noção de autocuidado, a capacitação em cursos profissionalizantes para o estabelecimento de novos arranjos sociais, reconfigurando sua rede de interações e construindo novos circunscritores, abrindo novas possibilidades e, principalmente, fechando outras (ato infracional).

Estas possibilidades se mostram viáveis através do que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente ou do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, mesmo, a priori, já tendo ultrapassado o Código de Menores o que se vê é que este ainda é muito mais vigente do que a atual legislação de proteção e promoção da criança e do adolescente. Isto é percebido desde a manutenção do termo “menor” ao se referir ao autor de ato infracional, a ideia de medida como forma de punição, a reprodução da cultura carcerária nos centros socioeducativos, não elaboração do Plano Individual de Atendimento para cada adolescente, falta de oferta de cursos, frequente troca de equipe técnica, superlotação, inadequação dos centros como preconiza a legislação, dentre outros.

Muitos avanços ocorreram, mas muito ainda há de se caminhar para que se concretize essa política de proteção a criança e ao adolescente. Efetivar o ECA urge como imediato, pois o que se vê socialmente são as consequências desta visão e reprodução cultural de uma adolescência vista como transviada, aumentado os índices de violência, mortes prematuras da juventude e altos índices de tráfico de drogas.

Portanto, o estudo pretendeu corroborar para uma visão crítica de adolescente, ato infracional e Rede de Significações que estão atrelados a sua trajetória de vida. Compreender que todo fenômeno está atrelado num contexto relacional temporal, sendo necessário apreendê-los para avançarmos nas práticas e pesquisas destas temáticas.

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. **Adolescência normal**. Porto Alegre: Artmed, 1989.
- BARBALHO, Célia Regina Simonetti. **Guia para normalização de relatórios técnicos científicos**/ Célia Regina Simonetti Barbalho; Suely Oliveira Moraes. Manaus: EdUA, 2004.
- BRASIL, **Lei nº. 12.318, de 26 de agosto de 2010**. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 2010.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/MS**. Sobre Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, 10 de outubro de 1996.
- BRASIL. **Lei nº 6.697, DE 10 DE OUTUBRO DE 1979: Institui o Código de Menores**. Brasília: 1979.
- BRASIL. **Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília, 1990.
- CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- CONTINI, Maria de L. Jeffrey; KOLLER, Sílvia H (org.). **Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Conselho Federal de Psicologia: Rio de Janeiro, 2002.
- CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 67/2011: Um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes**. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.
- COSTA, Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da. **Contexto socioeducativo e a promoção de proteção a adolescentes em cumprimento de medida judicial de internação no Amazonas**. 2007. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Rio de Janeiro.
- COSTA, Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da; ASSIS, Simone Gonçalves de. **Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo**. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 18, n. 3, Dezembro, 2006.
- CYRULNIK, Boris. **Os patinhos feios**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- DECA, Edgar Salvadori de. (2002). **Cidadão, mostre-me a identidade**. *Cad. Cedes*, Campinas, v 22, n58, p. 7-20, dezembro/2002. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.
- FERNANDES, Regina Schneider Maciel. **Processos de proteção segundo jovens das cidades além-rio**. 2012. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- FURLAN, Reinaldo. **Parte B – Corpo, Sentido e Significação**. In: ROSSETTI-FERREIRA, Mara Clotilde; AMORIM, Katia de Souza, SILVA, Ana Paula Soares & CARVALHO, Ana Maria Almeida. *Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina . **Concepções de adolescência veiculadas pela mídia televisiva: um estudo das produções dirigidas aos jovens**. In: OZELLA, Sergio (Org.) *Adolescências Construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 41-62.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luiz. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Thomson, 2005.

_____. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2011.

MANZINI, Eduardo Jose. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. In: Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos, 2, 2004. Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. Anais. Bauru: USC, 2004. CD-ROOM.

MARTINEZ, Albertina M. **A Teoria da Subjetividade de González Rey: uma expressão do Paradigma da Complexidade na Psicologia**. In: *Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

MORAES, Ana Paula; COSTA, Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da. **Sentidos de vulnerabilidade e uso indevido de drogas por adolescentes em cumprimento de medida judicial de internação no Amazonas**. Relatório Parcial de PIBIC/UFAM/FAPEAM, não publicado, 2009.

OZELLA, Sergio (Org.) **Adolescências Construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Adolescência: uma perspectiva crítica**. In: CONTINI, M. L. J.; KOLLER, S. H.; BARROS, M. N. S. (orgs.) *Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002. p.16-24.

PAULA, Janaína Teixeira Silva de; CUPOLILLO, Mercedes Villa. **Traçando caminhos para a compreensão da constituição subjetiva do envelhecer**. In: GONZÁLEZ REY, Fernando Luiz. (org.). *Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia*. São Paulo: Thomson, 2005.

ROSSETTI-FERREIRA, Mara Clotilde; AMORIM, Katia de Souza, SILVA, Ana Paula Soares & CARVALHO, Ana Maria Almeida. **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ROSSETTI-FERREIRA, Mara Clotilde. **Seguindo a receita do poeta, tecemos a Rede de Significações e este livro**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SAWAIA, Bader B. **As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **A Falsa Cisão Retalhadora do Homem**. In: *O Uno e o Múltiplo nas Relações entre as Áreas do Saber*. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Ana Paula Soares da. **(Des)continuidade no envolvimento com o crime: construção de identidade narrativa de ex-infratores**. São Paulo: IBCCRIM, 2003.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **Sentido e Significação. Parte A – Sobre significação e sentido: uma contribuição à proposta de Rede de Significações**. In: ROSSETTI-FERREIRA, Mara Clotilde; AMORIM, Katia de Souza, SILVA, Ana Paula Soares & CARVALHO, Ana Maria

Almeida. Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SOUZA, Lídio de. **Processos de categorização e identidade: solidariedade, exclusão e violência.** In: _____. TRINDADE, Z. A. (Orgs.) Violência e exclusão: convivendo com paradoxos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 57-74.

TAVARES, Enio de Souza; COSTA, Cláudia R. B. S. F. da. **Sentidos de proteção construídos por adolescentes cumprindo medida judicial de internação no Amazonas.** Relatório Parcial de PIBIC/UFAM/FAPEAM, não publicado. Manaus, 2008.

TAVARES, Enio de Souza. **Sentidos subjetivos de risco produzidos por egressos de medida socioeducativa de internação.** Dissertação de Mestrado (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

VASCONCELOS, Maria Jose Esteves de. **Pensamento Sistêmico: O novo paradigma da ciência.** Campinas, SP: Papyrus, 2002.

VIEIRA, Taysa Roriz Hipólito Vieira; COSTA, Cláudia R. B. S. F. da. **Identidade, Adolescência e Ato Infracional: Considerações Sócio-Históricas acerca da construção da identidade a partir do discurso de adolescentes em cumprimento de medida de internação no Amazonas.** Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Amazonas, não publicado. Manaus, 2009

XAUD, Geysa Maria Brasil. **Os desafios da intervenção psicológica na promoção de uma nova cultura de atendimento ao adolescente em conflito com a lei.** Em: L. M. T. Brito (org.). Temas de Psicologia Jurídica. pp.87-102. Rio de Janeiro: Relume Dumará, (1999).

ANEXO

ANEXO I - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Temas:

- 1) **Infância**
- 2) **Família**
- 3) **Escola**
- 4) **Amigos**
- 5) **Relações afetivas**
- 6) **Ato Infracional**
- 7) **Medida Sócioeducativa**
- 8) **Vida na atualidade**
- 9) **Projeto de Vida**

1 – Conte-me um pouco como foi sua infância. Que fatos marcaram? Foi criado com quem?

2 – E sua família? Quantos irmãos tem? Como é sua relação com cada um?

3 – Como era você na escola? Gostava de ir? Como era sua relação com colegas e professores?

4 – E seus amigos? Fala um pouco sobre os mais próximos.

5 – Namoros, já namorastes ou gostou muito de alguém? Como foi?

6 – Como foi que aconteceu o ato infracional na tua vida, o primeiro, tu lembras? \E depois? Como tu te sentiste? Tu achaste que tua vida mudou depois de cometer o ato infracional? Na época que começou, o que tu pensavas sobre o que tu fazias? Como é que era fazer isso? Qual era a 'sensação'?

7 – E um dia teve um processo e tu tivestes que cumprir medida. Conta como é que foi isso. Conta como foi o tempo de cumprimento de medida. Mudou alguma coisa do teu jeito de pensar o ato infracional?

8 – E hoje? Como tá tua vida? O que pensas sobre o que houve? Seus planos para frente?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE MESTRADO EM PSICOLOGIA
FACULDADE DE PSICOLOGIA

ANEXO II- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o senhor para participar da pesquisa “Sentidos Atribuídos ao Ato Infracional por Jovens Egressos do Sistema Sócioeducativo”, sob a responsabilidade da pesquisadora Taysa Roriz Hipólito Vieira e supervisão da Prof^a Dr^a Cláudia Regina B. Sampaio F. da Costa, a qual pretende compreender a partir das histórias de vida dos sujeitos pesquisados como os sentidos atribuídos ao ato infracional foram construídos.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista na qual contará sua história de vida, desde sua infância até os dias atuais.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são psicológicos, caso ocorra a Faculdade de Psicologia dispõe de Centro de Atendimento Psicológico para acompanhamento se for necessário. Se você aceitar participar, estará contribuindo para uma melhor compreensão da temática que envolve adolescente, jovens, ato infracional e rede de significações, enriquecendo o campo de conhecimento e pesquisa deste contexto.

Se, depois de consentir sua participação o senhor desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O senhor não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o Senhor poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço Av. General Rodrigo Octávio, 6200, Coroado I, pelo telefone (92) 3656-7327, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXO III - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/UFAM



PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas aprovou, em reunião ordinária realizada nesta data, por unanimidade de votos, o Projeto de Pesquisa protocolado no CEP/UFAM com CAAE nº. 0040.0.115.000-11, intitulado: “**CUMPRIMENTO DE MEDIDA E SAÍDA DA INTERNAÇÃO. SENTIDOS ATRIBUÍDOS ÀS EXPERIÊNCIAS DE INTERNAÇÃO E PÓS-INTERNAÇÃO NA TRAJETÓRIA DE JOVENS EGRESSOS DE UM CENTRO SOCIOEDUCATIVO**”, tendo como Pesquisadora Responsável Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes C.

Sala de Reunião da Escola de Enfermagem de Manaus – EEM da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus/Amazonas, 16 de março 2011.

Prof. MSc. Plínio José Cavalcante Monteiro
Coordenador CEP/UFAM

Escola de Enfermagem de Manaus – EEM/UFAM

Rua Teresina, 4950 – Adrianópolis – CEP: 69057-070 – Manaus-AM – Fone: (92) 3305-5130 – E-mail: cep@ufam.edu.br

ANEXO IV - CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ENTREVISTA

1 – JOVEM-QUE-ESTUDA

Entrevista	Única
Data	13/07/13
Local	Residência do entrevistado
Tempo Aproximado	02:08:41
Quantidade de Linhas Transcritas	1438
Blocos Temáticos	Infância, família, identidade infratora, conflito com a lei, relações afetivas, escola, infância, medidas socioeducativas, crime, vida na atualidade
Posições na Entrevista	Filho, neto, abandonado, bandido, usuário de droga, estudante, pai
Sentidos de Ato Infracional	<ol style="list-style-type: none"> 1. Saber o gosto/Curiosidade 2. Dinheiro Fácil 3. Trabalho 4. Que não era para ser conhecido 5. Identidade de bandido 6. Adrenalina 7. Perda da infância 8. Só destruição 9. Proporcionar o uso de drogas 10. Sobrevivência 11. Risco 12. Se colocar no lugar do outro 13. Rejeição 14. Essa vida não é para mim 15. Morte

	16. Exemplo
Conjunto de Vinculações de Sentidos	<ul style="list-style-type: none"> - envolvimento com o crime - consciência do ato - reflexão - conflito identitário - sentido do ato infracional como sustentação das identidades
Estrutura Narrativa e Construção da Temporalidade	Dizer como se percebe a narrativa em termos de organização, temporalidade e elaboração dos temas.

